UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE RIBEIRÃO PRETO.

PAULA CHIARETTI

O que quer uma mulher segundo o discurso da revista feminina.

Ribeirão Preto
2008

PAULA CHIARETTI

O que quer uma mulher segundo o discurso da revista feminina.

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia,
Ciências e Letras de Ribeirão Preto para a obtenção
do título de Mestre em Ciências.

Área de Concentração: Psicologia
Orientadora: Profa. Dra. Leda Verdiani Tfouni.

Ribeirão Preto
2008

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na Publicação.
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto.

Chiaretti, Paula

O que quer uma mulher segundo o discurso da revista feminina. / Paula Chiaretti; orientadora Leda Verdiani Tfouni. -- Ribeirão Preto, 2008.

117 f.

Dissertação (Mestrado em Ciências. Programa de Pós-graduação em Psicologia. Área de concentração: Psicologia). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo.

1. Análise do discurso. 2. Psicanálise. 3. Revista feminina. 4. Mulher.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Paula Chiaretti

O que quer uma mulher segundo o discurso da revista feminina.

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia,
Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade
de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em
Ciências.

Área de concentração: Psicologia.

Aprovada em:

Banca Examinadora

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

DEDICATÓRIA

À minha avó Leonor.

AGRADECIMENTOS

À Profa. Dra. Leda Verdiani Tfouni, pela sempre gentil disposição, pela confiança e pelo apoio.

À Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, pelos meus últimos oito anos de constante aprendizado.

À banca examinadora do exame de qualificação, composta pelas professoras Alessandra Carreira e Soraya Pacífico.

À CAPES, pela concessão da bolsa de mestrado.

Aos colegas e amigos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão.

À minha família.

Ao Wagner, meu melhor interlocutor.

"E é sempre melhor o impreciso que embala do que o certo que basta,
Porque o que basta acaba onde basta, e onde acaba não basta,
E nada que se pareça com isso devia ser o sentido da vida..."
Fernando Pessoa

Angeli, Folha de São Paulo, 09 de janeiro de 2007.

RESUMO

CHIARETTI, P. **O que quer uma mulher segundo o discurso da revista feminina**. 2008. 117 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2008.

As revistas femininas surgem como um saber oficial que, de forma “objetiva e imparcial”, produz um efeito de transparência de sentido e de verdade sobre a mulher. Segundo a Análise do Discurso Pêcheutiana - AD (referencial teórico-metodológico adotado nesta pesquisa), este apagamento do processo de constituição do sentido faz com que o sujeito se reconheça e venha a ocupar o lugar ao qual é chamado no discurso. O sujeito é, nessa perspectiva, uma posição discursiva. Interpelado pela ideologia, o sujeito cria sentidos. Isto porque há uma necessidade de que os sentidos se sedimentem de modo a formar um universo logicamente estabilizado. Entretanto, Freud ao final da sua obra se pergunta “o que quer a mulher?”, enquanto que Lacan, no retorno à obra freudiana, propõe sua provocante fórmula “A mulher não existe”. Esta dissertação tem como objetivo analisar recortes de revistas femininas de diversas épocas (de 1917 a 2007) a fim de propor como estas revistas constroem sentidos sobre o que é e o que quer a mulher a partir das condições de produção do discurso. Como a AD se interessa pela determinação histórica dos processos de significação, torna-se importante retomar a história do feminismo e textos acadêmicos de feministas, ambos tomados aqui como um interdiscurso presente no discurso das revistas femininas. Enquanto a Psicanálise tenta investigar como A mulher se constitui, a preocupação das revistas femininas é descrever a mulher e suas condutas, sedimentando e naturalizando sentidos e dando origem a uma norma de identificação. A Psicanálise trata de A mulher como uma posição do sujeito diante do gozo e da submissão à norma fálica (não-toda), de forma que A mulher não formaria uma regra como o homem, elas somente poderiam ser contadas uma a uma. Na via contrária, as revistas femininas constroem sentidos por meio de genéricos discursivos (fórmulas encapsuladas que codificam valores e crenças), naturalizando os sentidos atribuídos à mulher e suas atividades. Concluimos que tanto o movimento feminista, a fim de que funcione promovendo mudanças e rupturas de toda ordem (moral, religiosa, jurídica), quanto as revistas femininas, ao contrário da Psicanálise, propõem uma positividade de um sujeito universal mulher.

Palavras-chave: Análise do Discurso Pêcheutiana. Psicanálise. Mulher. Revista Feminina.

ABSTRACT

CHIARETTI, P. **What a woman wants according to female magazines**. 2008. 104 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2008.

Female magazines emerge as an official knowledge that “objectively and impartially” produces an effect of transparency of meaning and truth about woman. According to the Discourse Analysis proposed by Pêcheux -DA (the theoretical-methodological referential adopted by this research), this erasing of the constitution process of the meaning leads the subject to the recognition of itself and to the occupation of the place where it belongs in the discourse. In this perspective, the subject is a discursive position. Interpellated by the ideology, the subject creates meaning. That occurs because there is a need of sedimentation of sense so that it originates a logically stable universe. However, Freud at the end of his work asks himself “what does the woman want”, while Lacan, in his return to the Freudian work, proposes his provocative formula “*the* woman does not exist”. This dissertation aims to analyze female magazines extracts from different periods (from 1917 to 2007) to propose how these magazines build meanings about what is a woman and what a woman wants, under the discourse production conditions. Because the DA concerns the historical determination of the signification processes, it is important to return to the feminism history and to academic feminist’s texts, both seen here as an interdiscourse present in the discourse of female magazines. While the Psychoanalysis tries to investigate how *The* woman is formed, female magazines are concerned with describing the woman and her behavior, sedimenting and naturalizing meanings and originating a norm of identification. The Psychoanalysis considers *The* woman as a subject position in front of the joy and the submission of the phallic logic (not-whole), so the woman would not form a rule as the man, they could only be counted one by one. On the other hand, the female magazines build these meanings by using discursive generics (encapsulated formulas that codify values and beliefs), naturalizing the meanings assigned to the woman and her activities. We concluded that both the feminist movement, in order to promote changes and brakages of all kinds (moral, religious, juridical), and the female magazines, different from the Psychoanalysis, propose a positivity of an universal subject named woman.

Keywords: Discourse Analysis. Psychoanalysis. Woman. Feminine Magazine.

SUMÁRIO

Capítulo I – Introdução e Objetivos	1
Capítulo II – A Mulher na Psicanálise	6
Capítulo III – A Análise do Discurso pêncheutiana (AD)	26
Genéricos Discursivos	39
Capítulo IV – Feminismo, Teoria de Gênero e Revistas Femininas	44
Imprensa Feminina	56
Capítulo V – Freud pergunta e as revistas femininas respondem!	75
Capítulo VI – Considerações Finais	104
Referências Bibliográficas	107

Capítulo I

INTRODUÇÃO E OBJETIVOS

*“Através da história, as pessoas têm quebrado a cabeça
com o enigma da natureza da feminilidade.”
(Freud)*

*“The time-traveling is just too dangerous. Better that I devote myself
to study the other great mystery of the universe: women!”¹
(Doc)*

Existe esta espécie de genérico bastante difundido (“ninguém entende as mulheres”) nos mais diversos meios, desde o cinema até a psicanálise. Esta dissertação parte dessa questão que há tanto tempo mobiliza tanta gente.

Em uma correspondência a Maria Bonaparte, Freud formula a pergunta “O que quer a mulher?” (JONES, 1970, p. 565). Esta dissertação parte dessa questão, mas modifica o artigo, antes definido (“a”), agora indefinido (“uma”), assim com Sege André no seu livro “O que quer uma mulher”. Isto porque o artigo indefinido “uma” gera uma ambigüidade oportuna: tanto podemos tomá-lo de acordo com as formulações de Lacan, segundo as quais não haveria um conjunto de mulheres, impossibilitando que se diga “A” mulher, fazendo com que as mulheres somente possam ser contadas uma a uma, quanto podemos tomar este “uma” pelo sentido genérico do termo: “uma” sendo “qualquer uma”, “uma qualquer”, ou ainda, “uma entre várias possivelmente iguais”, seguindo a lógica do genérico discursivo, usado nesta pesquisa como um instrumento de análise. A característica principal do genérico discurso é a de incluir um

¹ “Viajar no tempo é muito perigoso. Melhor me dedicar a estudar outro grande mistério do universo: mulheres”, fala de Doc, personagem do filme De Volta para o Futuro Parte II, de 1989, do diretor Robert Zemeckis.

particular em um genérico, portanto, o “uma” aqui poderia ser incluído em um conjunto genérico de “A”.

Pêcheux (2002) nos chama atenção para o trabalho do analista ao dizer que ele (Pêcheux) não poderia nos fornecer simples procedimentos técnicos e nem mesmo expor toda a sua teoria, tomando como alicerce nomes como Althusser, Lacan, Foucault etc., se as definições conceituais feitas pelos autores não passarem de “fetiches teóricos” (PÊCHEUX, 2002, p. 18). Este foi o grande desafio ao elaborar esta dissertação: encontrar uma maneira (que não pareceu tão óbvia) de articular com desconfiança os conceitos e idéias que apresentavam as feministas, os analistas do discurso e os psicanalistas. Não fechamos a discussão, ao contrário, muitas questões se abrem quando tentamos alguma articulação num campo tão rico e criativo como é o da Análise do Discurso Pêcheutiana.

Escolhemos para esta caminhada a articulação dos três caminhos que Pêcheux escolhe quando escreve de forma genial a análise do enunciado “On a gagné” em *Discurso: Estrutura ou acontecimento?* (2002). De forma magistral, Pêcheux articula definições conceituais, procedimentos técnicos a resultados destes procedimentos, esclarecendo como a análise do discurso trabalha neste vai-e-vem constante entre teoria e prática. Ou nas palavras de Leda Tfouni (informação verbal)², o trabalho do analista do discurso se parece com o trabalho da dona de casa: se faz todos os dias e todo dia ele recomeça. Em toda análise há mais uma vez o nascimento da teoria, e em toda a teoria a análise está presente.

Esta dissertação tem como objetivo geral elaborar uma análise de recortes de revistas femininas publicadas no Brasil a partir dos princípios teórico-metodológicos da Análise do

² Informação fornecida por Leda Tfouni em Ribeirão Preto, em 2007.

Discurso Pêcheutiana (AD). Os objetivos específicos seriam investigar: se, e até que ponto, as próprias formações discursivas das revistas produzem suas leitoras e suas posições, (re)produzindo sentidos sobre o que é ser uma mulher e o que quer uma mulher; se, e como, as mudanças/rupturas da revolução sexual da década de 60 modificaram os papéis atribuídos à mulher no discurso dessas revistas; quais sentidos perduram atualmente, a despeito das mudanças históricas, políticas e sociais; e, quais podem ter sido modificados.

Esta pesquisa se mostra relevante na medida em que acrescenta um elemento novo e bastante radicalmente diferente das análises anteriores ligadas ao conteúdo a discussão acerca da (re)produção de sentidos pela mídia: a Análise do Discurso e, por conseqüência, a Psicanálise. Neste trabalho, a AD tentará tratar dos processos ideológicos envolvidos na identificação de sujeitos a uma determinada formação discursiva, graças a uma formação imaginária dominante, no caso, de que a mulher deva ser assim ou assado. Este seria um trabalho pioneiro com a pesquisa sobre revistas femininas no Brasil, já que na literatura existente dá-se muito mais ênfase a abordagens conteudísticas ou ligadas à sociologia.

A pesquisa com discursos como o das revistas, além do que, se faz importante na medida em que estas revistas representam uma prática social significativa: captando, transformando e divulgando algum tipo de conhecimento a respeito da mulher e o que a ela se relaciona. Nesta medida, analisar estes recortes é esboçar gestos de interpretação acerca de um imaginário de uma época, de um discurso produtor de sentidos, e, conseqüentemente, de sujeitos historicamente constituídos.

O Capítulo II, *A mulher na Psicanálise*, trata do lugar de onde parte a questão desta dissertação, a Psicanálise. Este capítulo expõe conceitos psicanalíticos caros à articulação e

objetivos desta dissertação. Freud ao final de sua obra se pergunta o que quer a mulher, enquanto que para Lacan, “A/ mulher não existe”. Assim, este capítulo trata dos possíveis substratos psicanalíticos que concernem à questão da feminilidade.

No Capítulo III, apresentaremos a Análise do Discurso pêcheutiana (AD). Neste capítulo falamos também sobre os genéricos discursivos.

No Capítulo IV, apresentamos uma breve história do movimento feminista e da imprensa feminina. Lembramos que a memória social (que está ligada à História) conecta-se a um efeito imaginário de continuidade, e não a um real que possa ser alcançado. A história trabalha na tensão entre diferentes interpretações, já que um fato real, ao surgir, reclama sentido, e é na atribuição deste sentido, que parte de uma formação imaginária hegemônica, que é constituída a “verdade” sobre a história.

Entre estas interpretações existem outras que foram censuradas, silenciadas, foram escolhidas uma(s) em detrimento de outra(s). Entretanto, estes sentidos³ que parecem esquecidos também atuam na produção do sentido dominante. Desta forma, se acaba “sempre efetuando gestos de exclusão a tudo que possa escapar ao exercício do poder e sempre preservando a nostalgia de um passado ‘bom e verdadeiro’. Ou, ao contrário, a lembrança de um passado longínquo e ruim pode encontrar-se superada pela memória de um outro passado mais recente e melhor, infância provável de um futuro promissor” (MARIANI, 1998, p. 35).

Tomamos, portanto, este capítulo como parte do corpus, a ser analisado sob a metodologia da

³ Entendemos por sentido o *efeito* de sentido fruto do encontro do entre sujeito (suposto indivíduo posteriormente ao encontro) com a ideologia. A AD não trabalha com os significados, mas sim com os efeitos de sentido. O sentido depende da interpretação, do dispositivo ideológico, que faz com que o sentido aparente ter estado sempre lá, como uma evidência.

Análise do Discurso Pêcheutiana, como um interdiscurso, um já-dito sobre a mulher, que por isso tem efeitos sobre o que é dito atualmente repetindo-se ou transformando-se.

No Capítulo V apresentamos os recortes de revistas femininas sobre os quais nos debruçamos mais longamente bem como a articulação entre corpus e teoria.

O Capítulo VI traz as considerações finais. Neste capítulo expomos algumas conclusões que conseguimos tirar a partir do levantamento bibliográfico e dos resultados.

Esta versão final da dissertação traz considerações e apontamentos de Leda Tfouni, Alessandra Carreira e Soraya Pacífico, oferecidos durante o exame de qualificação para o mestrado em maio de 2008.

Capítulo II

A MULHER NA PSICANÁLISE

Na história do Feminismo, teóricas se dividiram entre as que rejeitavam as idéias de Freud por acharem que se tratavam de idéias machistas, e as que entendiam que para a melhor compreensão dos mecanismos de dominação era preciso ler Freud. Mitchell (1979) talvez seja a mais importante entre as do segundo grupo. Propõe que enquanto para as feministas que viam em Freud um inimigo, “a Psicanálise é vista como uma justificativa para o *status quo* burguês e patriarcal”, para ela “a Psicanálise não é uma prescrição *para* uma sociedade patriarcal, mas uma análise *de* uma sociedade patriarcal” (MITCHELL, 1979, p. 17, grifo da autora).

Seu livro *Psicanálise e Feminismo* (publicado pela primeira vez em 1974) tem dois propósitos: reavaliar os conceitos psicanalíticos partindo da idéia de que a “Psicanálise diz respeito à realidade material das idéias na e da história do homem”; e de que “o modo pelo qual nós vivenciamos como ‘idéias’ as leis necessárias da sociedade humana é muito mais *inconsciente* do que consciente” (MITCHELL, 1979, p. 18, grifo da autora).

Mitchell (1979) a todo o momento nos chama a atenção ao fato de que a Psicanálise é um produto de seu tempo. Assim, sua intenção de propor leis universais deve ser entendida dentro de um contexto específico. A atenção de Mitchell (1979) se direciona então ao conceito de inconsciente, não como algo profundo, mas pensamentos ordinários transformados pelo que Freud chama de processos primários. Assim, também irá comentar a respeito das críticas feministas à obra de Freud: elas “substituem as leis do processo primário (as leis que governam as ações do inconsciente) pelas leis do processo secundário (decisões e percepções

conscientes), e, como resultado disso, seus argumentos se perderam...” (MITCHELL, 1979, p. 30).

Freud (1996[1933(1932)], p. 114), na conferência “Feminilidade” aponta para seus ouvintes que “Quando encontram um ser humano, a primeira distinção que fazem é ‘homem ou mulher?’ e os senhores estão acostumados a fazer esta distinção com certeza total”.

Entretanto, o fato de nos reconhecermos como pertencentes a um ou outro grupo não nos faz parar de perguntar sobre o que significa ser um homem ou uma mulher. Por conta disso, a anatomia deixa de ser suficiente.

Não é por acaso que escolhemos como referencial teórico e metodológico a Psicanálise. A própria história da psicanálise está ligada a uma busca de conhecimento sobre a feminilidade.

Freud começa a se interessar pela sexualidade a partir da sua experiência clínica. Para estudar tal tema, poderia se filiar às correntes higienistas da época. Entretanto, escolhe a ciência, a investigação das relações de causalidade. Poli (2007) cita como um exemplo deste tipo de trabalho seu texto “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade” de 1905. Em nota acrescentada a este texto em 1915, Freud é resolutivo ao propor que a libido seja masculina:

É indispensável deixar claro que os conceitos ‘masculino’ e ‘feminino’, cujo conteúdo parece tão inambíguo à opinião corriqueira, figuram entre os mais confusos da ciência e se decompõem em pelo menos *três* sentidos. Ora se empregam ‘masculino’ e ‘feminino’ no sentido de *atividade* e *passividade*, ora no sentido *biológico*, ora ainda no sentido *sociológico*. O primeiro desses sentidos é o essencial, assim como o mais utilizável em psicanálise. A isso se deve que a libido seja descrita no texto como masculina, pois a pulsão é sempre ativa, mesmo quando estabelece para si um alvo passivo. O segundo sentido de ‘masculino’ e ‘feminino’, o biológico, é o que admite a definição mais clara. Aqui, masculino e feminino caracterizam-se pela presença de espermatozóides ou óvulos, respectivamente, e pelas funções decorrentes deles. A atividade e suas manifestações concomitantes – desenvolvimento muscular mais vigoroso, agressividade, maior intensidade da libido – costumam ser vinculadas à masculinidade biológica, embora não seja uma associação necessária, já que existem espécies animais em que essas propriedades correspondem, antes, às

fêmeas. O terceiro sentido, o sociológico extrai seu conteúdo da observação de indivíduos masculinos e femininos existentes na realidade. Essa observação mostra que, no que concerne ao ser humano, a masculinidade ou a feminilidade puras não são encontradas nem no sentido psicológico nem biológico. Cada pessoa exhibe, ao contrário uma mescla de caracteres sexuais biológicos com os traços biológicos do sexo oposto, e ainda uma conjugação de atividade e passividade, tanto no caso de esses traços psíquicos de caráter dependerem dos biológicos quanto no caso de independê-los deles. (FREUD, 1996 [1905], p. 207-208).

Assim, a bissexualidade é eleita como um dos temas principais no estudo da sexualidade humana. Freud entende a libido como

(...) uma força quantitativamente variável que poderia medir os processos e transformações ocorrentes no âmbito da excitação sexual. Diferenciamos esta libido, no tocante a sua origem particular, da energia que se supõe subjacente aos processos anímicos em geral, e assim lhe conferimos também um caráter qualitativo. (FREUD, 1996 [1905], p. 205).

Em “Três Ensaio”, Freud propõe que a passagem de menina a mulher se daria pelo recalçamento da sexualidade masculina que existe na menina. Em linhas gerais, trata-se da passagem da excitabilidade erógena do clitóris para a vagina. O não cumprimento desta passagem seria um dos principais causadores das neuroses, em especial a histeria. É assim que a histeria é num primeiro momento da obra freudiana relacionado à feminilidade.

A princípio, portanto, todos os seres seriam masculinos. Freud (1996 [1923], p. 157, grifo do autor) se refere a isto como o “notável e momentoso *início bifásico* do desenvolvimento sexual”. A organização genital infantil fica aquém da do adulto porque durante a infância há a consideração somente de um órgão genital, o masculino. Freud tratará esta fase como da universalidade do pênis.

Ainda neste texto (“A organização genital infantil”), Freud (1996 [1923]) irá dizer sobre a impossibilidade de saber do lado da menina como as coisas se desenrolam. O menino acredita

piamente que todos os seres possuem órgãos como o seu próprio até certo tempo, quando chega à conclusão que aqueles de que não o têm, o perderam por algum motivo. É instaurado então o complexo de castração no menino. Não haveria, pois, correspondência com o que acontece com a menina.

Ainda nesta fase, unicamente a ausência do pênis não é suficiente para que se divida o mundo entre homens e mulheres, e sim entre castrados e não-castrados. “Em tudo isso, os órgãos genitais femininos jamais parecem descobertos” (FREUD, 1996 [1923], p. 160). É somente na puberdade que esta polaridade irá coincidir com o feminino e o masculino. A assunção de que o desenrolar do complexo do Édipo é diferente na menina não se dá no começo da obra de Freud.

A dissolução do complexo de Édipo, com a ameaça de castração, seguida por um período de latência e constituição do superego é um processo que pode ser facilmente reconhecido no menino. Entretanto, Freud encontra dificuldade em generalizar o mesmo processo na menina:

Nesse ponto nosso material, por alguma razão incompreensível, torna-se muito mais obscuro e cheio de lacunas. Também o sexo feminino desenvolve um complexo de Édipo, um superego e um período de latência. Será que também podemos atribuir-lhe uma organização fálica e um complexo de castração? A resposta é afirmativa, mas essas coisas não podem ser as mesmas como são nos meninos. (FREUD, 1996 [1924], p. 197).

A suposta “inferioridade” feminina na obra de Freud estaria relacionada ao sentimento que a menina tem ao comparar o seu “pênis” com o de um menino. Sua pequenez se deveria à castração consumada. Acreditaria ainda que posteriormente recebesse um maior. Se a menina não tem medo da castração, uma vez que ela já teria sido consumada, como se daria a formação do superego? Freud responde a esta questão propondo que a ameaça para a menina

seria a da perda de amor. Neste momento, Freud aponta que o complexo de Édipo na menina é muito mais simples que no menino. Ela deveria tentar tomar o lugar da mãe e substituir o pênis pelo bebê. Assim, o inconsciente teria um papel fundamental na constituição da mulher e do seu papel de mãe na sociedade.

Na conclusão deste texto (“A dissolução do Complexo de Édipo”), entretanto, Freud (1996[1924]) pontua que esta hipótese que ele chama de insight sobre os “processos de desenvolvimento em meninas em geral é insatisfatório, incompleto e vago” (FREUD, 1996[1924], p. 199).

Freud no texto “Algumas conseqüências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos” aponta que “nas meninas, o complexo de Édipo levanta um problema a mais que nos meninos” (FREUD, 1996[1925], p. 280). Se tanto a menina quanto o menino tomam a mãe como primeiro objeto do desejo, não seria de se espantar que o menino conservasse este tipo de tendência, mas o que aconteceria no lado da menina para que abandonasse a mãe e se voltasse ao pai?

Se o menino ao observar a região genital do sexo oposto, num primeiro momento nega a ausência de um órgão como o seu e num segundo momento toma a ausência como resultado da castração, a menina vai se dar conta que não o tem e quer tê-lo. É instaurado então o complexo de masculinidade que pode ser ramificar de formas diferentes.

A menina pode vir a manter o desejo de ser como um homem. Pode desenvolver-se uma rejeição, que seria próxima de uma psicose na vida adulta, onde a menina simplesmente rejeita a ausência do pênis e passa a se portar como um homem. Poder ser ainda que após a tomada de consciência da sua inferioridade se afaste da mãe, principal culpada.

Freud articula então o conceito de inveja do pênis: a menina, ao ver o órgão sexual masculino, de um irmão ou colega de brincadeiras, acredita ser ele uma versão mais evoluída do seu pequeno órgão. Ela, que sabe que não o tem, passa a querer tê-lo (FREUD, 1996[1925]).

Supostamente, a repressão maior da atividade masturbatória do clitóris (uma atividade masculina) na menina seria um dos fatores que contribuem para que na puberdade a menina alcance a feminilidade. O deslocamento na menina seria dado entre o pênis e a criança: *“com este fim em vista, toma o pai como objeto de amor”* (FREUD, 1996[1925], p. 284, grifo do autor). Freud propõe ainda que exista uma equivalência simbólica entre pênis e bebê, já que o desejo de ter um pênis da menina seria substituído pelo desejo de ter um bebê. Para tanto, a menina deveria se dirigir a um homem (que detém o pênis) que poderia doar-lhe um bebê.

Como poderemos observar mais a frente, a questão da feminilidade foi constantemente relacionada à questão da maternidade. Entretanto, uma leitura mais atenta da obra de Freud nos possibilita compreender que neste caso, quando a mulher toma a criança como aquilo que falta a ela, trata-se de uma questão narcísica. Mais do que preocupada com o bem-estar da criança como a moral propõe, a mãe está preocupada em tamponar a sua própria falta.

Assim, se o complexo de Édipo precede o complexo de castração nos meninos, nas meninas o caminho seria inverso. Haveria o que Freud (1996[1925], p. 285, grifo do autor) chamaria de um *“contraste fundamental entre os dois sexos. Enquanto, nos meninos, o complexo de Édipo é destruído pelo complexo de castração, nas meninas ele se faz possível e é introduzido através do complexo de castração”*.

É aí que a diferença anatômica faz diferença: na medida em que há ameaça de castração ou a castração consumada, sendo que o efeito de cada uma das assunções citadas é diferente.

No texto “Sexualidade Feminina”, Freud (1996[1931]) aponta que na menina ocorrem duas alterações na entrada do complexo de Édipo: ela deverá abandonar a zona genital principal (clitóris) em favor de uma nova (vagina) e abandonar o objeto original (mãe) em favor do pai. A troca de zona sexual dominante seria um dos motivos pelos quais a bissexualidade na mulher é muito maior que no homem, por conta da dificuldade da transição entre as duas fases, masculina e feminina.

Segundo André (1998), Freud só conseguiria conceber a sexualidade feminina como o total abandono da sexualidade fálica não levando em conta a atividade necessária na busca pelo amor do pai.

Ainda em “Sexualidade Feminina”, Freud (1996[1931]) propõe que existam três saídas para o complexo de castração da menina: a primeira seria a rejeição completa da vida sexual; a segunda o complexo de masculinidade, onde a menina não abandona completamente o seu desejo de se tornar um homem; e, finalmente a feminilidade, quando a menina toma o pai como seu objeto de amor.

Se a “inveja do pênis” é um dos conceitos mais criticados pelas feministas, Lacan deixará de lado a ênfase dada aos conceitos freudianos em prol de uma leitura pela via do significante. Freud é freqüentemente criticado pelo seu determinismo biológico: apesar de abandonar a biologia, sempre retorna a ela como ponto de apoio. Mitchell (1979, p. 418) propõe que Freud abandona a biologia “precisamente porque a Psicanálise nada tem a ver com a biologia – exceto na medida em que nossa vida mental reflete igualmente, sob forma transformada, o que a cultura já fez com nossa constituição biológica e nossas necessidades”. A substituição do termo

instinto pelo termo pulsão na obra de Freud irá indicar o rompimento que é feito com a biologia.

Paradoxalmente, é precisamente a inveja do pênis que leva a menina a buscar o pai e tornar-se mulher. Entretanto, o encontro com o pai poderia ser tão decepcionante que levaria a menina a abandoná-lo enquanto objeto de amor. O risco aqui seria o do complexo de masculinidade definido por André (1998, p. 199) como “a emergência de uma relação primitiva com a mãe, no próprio seio da relação com o pai”.

Lacan, no seu retorno à obra de Freud, lerá a consideração de Freud de que a anatomia não é tudo, pela lógica do significante. Os sexos então não são mais tomados somente pela diferença anatômica ou cromossômica. Trata-se de uma “diferença de *sexos* – esse termo designando aqui, para além da materialidade da carne, o órgão enquanto aprisionado na dialética do desejo, e dessa forma ‘interpretado’ pelo significante. (...) a realidade do sexo não é o real do órgão anatômico” (ANDRÉ, 1998, p. 11).

Assim, Lacan encontra na noção de significante uma maneira para tratar da natureza dos fenômenos propostos por Freud. Essa tomada do significante modifica radicalmente a forma como se lê a obra freudiana:

Essa paixão significante, por conseguinte, torna-se uma nova dimensão da condição humana, na medida em que não somente o homem fala, mas em que, no homem e através do homem, isso fala, em que sua natureza torna-se tecida por efeitos onde se encontra a estrutura da linguagem em cuja matéria ele se transforma, e em que por isso ressoa nele, para-alm de tudo o que a psicologia das idéias pôde conceber, a relação da palavra (LACAN, 1998a, p. 695).

A cadeia de elementos instáveis que constitui a linguagem é então tomada pelos seus dois processos de combinação e de substituição de significantes para gerar o significado. Assim, a metonímia e a metáfora seriam efeitos determinantes para a instituição do sujeito.

A base biológica é então abandonada, segundo Lacan (1998a, p. 693), “a simples necessidade do mito subjacente à estruturação do complexo de Édipo demonstra claramente isso”. A castração só irá adquirir seu *status* final quando a criança, de qualquer sexo, se dá conta que a mãe (antes fálica) é castrada. Isto porque a criança passa a querer ocupar este lugar, ser o falo. Sobre isso Lacan (1998a, p. 701, grifo meu) escreve que “o que ele *tem* não vale mais que o que ele *não tem* para sua demanda de amor que queria que ele o *fosse*”.

Neste sentido, o que está em pauta é a falta no Outro (A/) e não mais que a visão dos genitais femininos/masculinos. Lacan retira esta questão do plano imaginário onde Freud a formula e a relaciona ao plano simbólico (sem perder de vistas os outros dois registros, claro). O falo, como aquilo que pode vir a faltar e que é suposto faltar ao Outro, em um primeiro momento é o lugar que a criança pretende ocupar.

Se em Freud a ignorância fundamental é a do órgão sexual feminino, em Lacan será a inexistência de um significante feminino. “Não existe no Outro um significante que diga o que é uma mulher: homem e mulher são significantes que, por essa razão, representam o sujeito que fala” (SAURET, 1998, p. 19). Entendemos por sujeito que fala o sujeito marcado pela falta, que sofre a sua cisão com o advento do significante. Trata-se, nesse sentido, sempre de um sujeito masculino, na medida em que é submetido à norma fálica, ao falo como significante da falta.

Lacan (1998a), neste texto (“A significação do falo”) coloca aspectos relevantes para que se entenda o falo como significante:

O falo é aqui esclarecido por sua função. Na doutrina freudiana, o falo não é uma fantasia, caso se deva entender por isso um efeito imaginário. Tampouco é, como tal, um objeto (parcial, interno, bom, mau etc.), na medida em que esse termo tende a prezar a realidade implicada numa relação. É menos ainda o órgão, o pênis ou clitóris, que ele simboliza. E não foi sem razão que Freud extraiu-lhe a referência do simulacro que ele era para os antigos.

Pois o falo é um significante, um significante cuja função, na economia intra-subjetiva da análise, levanta, quem sabe, o véu daquela que ele mantinha envolta em mistérios. Pois ele é o significante destinado a designar, em seu conjunto, os efeitos de significado, na medida em que o significante os condiciona por sua presença de significante. (LACAN, 1998a, p. 696-697).

Lacan retoma a obra de Freud e lê a ignorância do órgão feminino como uma forclusão do sexo feminino efetuada pela castração. Isto porque a ausência do órgão masculino é lida como presença pelas crianças nas suas teorias sexuais. A criança acredita piamente que o órgão ainda crescerá, ou que está lá, mas é muito pequeno.

A leitura da libido masculina proposta por Freud e a passagem da masculinidade para a feminilidade, faz Lacan propor o gozo fálico e o não todo fálico. Assim, Lacan em “O aturdido”, em Outros Escritos, e no seminário XX “Mais, ainda”, irá propor que “a divisão do sujeito face ao sexual não é uma divisão entre dois sexos, mas entre dois gozos, um todo fálico, outro não-todo, o primeiro fazendo surgir o outro como seu mais-além” (ANDRÉ, 1998, p. 16).

De acordo com André (1998), para Freud, a universalização da “inveja do pênis” na menina seria uma maneira de reunir todas as mulheres em um mesmo conjunto, o das mulheres. Lacan, por sua vez, irá apontar a inexistência deste conjunto, o que culmina na fórmula “A mulher não existe”.

Explico.

Em 1971, Lacan apresenta a fórmula “não há relação sexual”. De acordo com Porge (2006, p. 259), “a palavra ‘relação’ inscreve a questão, antiga, sobre a natureza da conjugação sexual, em termos de existência lógica”. Lacan destaca a observação de Freud de que os sexos são somente representados de forma parcial, ou seja, “há algo de insatisfatório inerente à

própria sexualidade. Lacan dá a essa observação um caráter decisivo e designa o falo como o que faz obstáculo à escrita de uma relação sexual” (PORGE, 2006, p. 259).

É importante ressaltar aqui que a leitura de Lacan da sexuação é feita a partir da lógica, entendida como “um instrumento do pensamento para pensarmos corretamente. Não se referindo a nenhum ser, a nenhuma coisa, a nenhum objeto, a lógica não se refere a nenhum conteúdo, mas à forma ou às formas de pensamento ou às estruturas de raciocínio em vista de uma prova ou de uma demonstração” (CHAUÍ, 2002, p. 357). A lógica, desta maneira, estaria muito distante epistemologicamente da sociologia. Os termos de que trata a lógica, portanto, no caso desse trabalho homens e mulheres, mais que representações de homens e mulheres da realidade são termos lógicos. Como não dependem de tempo e lugar, a lógica é universal na relação entre seus termos.

Retornando ao significante fálico. É devido a ele que não há simetria possível entre os sexos. A impossibilidade de generalização do Édipo no menino para a menina apontada por Freud já sinalizava esta dissimetria e ausência de complementaridade. A impossibilidade da relação é tratada por meio do conceito de gozo em Lacan.

É claro que o que aparece nos corpos, com essas formas enigmáticas que são os caracteres sexuais – que são apenas secundários – faz o ser sexuado. Sem dúvida. Mas, o ser, é gozo do corpo como tal, quer dizer, como assexuado, pois o que chamamos de gozo sexual é marcado, dominado, pela impossibilidade de estabelecer, esse único Um que nos interessa, o Um da relação sexual (LACAN, 1985[1972-1973], p. 15).

Assim, na sua obra, Lacan tratará muito mais a questão do gozo que da identidade feminina. O gozo sexual (ou fálico) é inaugurado com o significante do falo, que “é tomado aí em seu duplo valor de causa *final* para o gozo do ser ou gozo do Outro (...) e de causa *original*

para o gozo sexual ou fálico” (ANDRÉ, 1998, p. 216). Assim, enquanto o gozo do Outro seria assexuado e ligado ao ser, o fálico estaria relacionado à linguagem.

A dissimetria apontada tantas vezes por Freud será lida por Lacan pela via simbólica. “É de uma dissimetria no significante que se trata” (LACAN, 2002, p. 201).

Nisto tudo ainda falta um significante, o feminino. De acordo com André (1998, p. 214) “só há um significante da sexuação: o falo e, por conseguinte, ao nível do discurso inconsciente, não há relação formulável entre dois sexos opostos”. Se Freud leu isso pelo viés psíquico, Lacan o lerá pelo significante.

André (1998) coloca, porém, que o gozo sexual não seria anterior, como poderíamos supor, ao gozo do corpo. Lacan teria invertido as relações entre o significante e o ser. “*O ser, agora, não é mais concebido como pré-existente ao significante, mas sim como produzido por ele*” (ANDRÉ, 1998, p. 217). O que era localizado aquém da linguagem deverá ser tratado como seu mais-além.

Assim, Lacan (1985) relaciona o gozo da mulher, próprio da mulher, como um gozo *suplementar* e não *complementar* ao gozo fálico. Lacan coloca o gozo do corpo (um gozo fora da linguagem) como para além do falo, um *a mais*. Assim, “há um gozo dela, desse *ela* que não existe e não significa nada” (LACAN, 1985, p. 100). Sobre este gozo ninguém sabe nada, nem mesmo a mulher.

Antes de apresentar o quadrante lógico das fórmulas da sexuação, seria valiosa a apresentação do quadrado de Aristóteles de onde Lacan retira, a partir de leituras de Frege, suas formulações sobre a sexuação.

Neste quadrado, *a*, *e*, *i* e *o* são proposições. Entendemos por proposição, “um discurso declarativo que se realiza pela afirmação ou pela negação, reúne o nome e o verbo, corresponde a um pensamento, opera por composição (reunião) ou divisão (separação) e a ela se aplica a distinção entre o verdadeiro e o falso” (CHAUÍ, 2002, p. 363).

Estas proposições se distinguem por quatro aspectos: em relação à qualidade, podem ser afirmativas (é) ou negativa (não é); e em relação à quantidade, universais (todos são) ou particulares (alguns são); em relação à modalidade, podem ser necessárias (*a*), possíveis (*i* e *o*) e impossíveis (*e*); e, finalmente no que diz respeito à relação entre estas proposições, podem ser contraditórias, contrárias, subalternas. Além disso, estas proposições se relacionam entre si seguindo três princípios lógicos: de identidade, de não-contradição, do terceiro excluído.

Frege, segundo Prates (2001) irá de propor uma formalização mais rigorosa do que havia sido proposto por Aristóteles. Em última instância Frege busca livrar o pensamento da linguagem do dia-a-dia, visando o pensamento puro, que seria livre de erros, e puramente

dedutivo. As preposições antes representadas por somente uma letra, serão representadas por duas: seu sujeito e seu predicado. As letras minúsculas, à direita, viriam a designar o indivíduo, enquanto as maiúsculas suas propriedades.

Frege ainda utiliza *quantificadores* que têm a função de conectar as variáveis. Estes quantificadores operam de duas maneiras: *quantificador universal*, onde “generaliza-se o predicado para qualquer indivíduo que venha substituir a variável” (PRATES, 2001, p. 118); e, *quantificador existencial*, “onde se postula a existência de pelo menos um indivíduo que possa substituir a variável” (PRATES, 2001, p. 119). Além disso, as funções proposicionais negativas são representadas por uma barra que se encontra acima do símbolo que é negado. No caso dessa dissertação, por questões de diagramação, esta barra foi colocada a baixo do símbolo que deverá ser tomado como negativo.

O que teríamos seria então:

Toda lógica trabalha partindo do princípio de não-contradição. Entretanto, Lacan irá reformular o que vimos anteriormente apoiado em observações de Pierce, segundo o qual a

contradição pode ser sustentada logicamente. Assim, Lacan irá formular algoritmo inédito: $\forall x$ φx , no qual a negativa recai não mais sobre a universalidade, e não mais sobre a função. Segue o quadrante com as fórmulas da sexuação proposto por Lacan:

Lado do homem	Lado da mulher
$\exists x \ \varphi x$	$\exists x \ \varphi x$
$\forall x \ \varphi x$	$\forall x \ \varphi x$

Qualquer ser falante se filia a um ou outro lado. O sujeito é o x . O símbolo $\exists$ seria um quantificador de existência ($\exists$ = existe e $\exists$ = não existe). $\forall$ seria um quantificador universal ($\forall$ = todo e $\forall$ = não-todo). Aqui, em Lacan, nota-se que a barra da negação que antes cairia sobre o predicado, cai sobre o sujeito.

Lacan (1985, p. 107) explica:

À esquerda, a linha inferior, $\forall x \ \varphi x$, indica que é pela função fálica que o homem encontra seu limite na existência de um x pelo qual a função φx é negada, $\exists x \ \varphi x$. (...) O todo repousa portanto, aqui, na exceção colocada, como termo, sobre aquilo que, esse φx , o nega integralmente.

Observa-se que na parte do homem existe uma universalidade, uma regra apoiada numa exceção. A exceção, *existe ao menos um x que não função de x* , André (1998, p. 219-220) explica:

não somente confirma a regra, mas, ainda mais radicalmente, lhe dá seu fundamento. (...) A exceção, o super-macho, o único que escapa a castração, evoca o pai primitivo freudiano que pode gozar de todas as mulheres – ou da mulher-toda – mediante o que todos os outros, aqueles que se determinam como filhos, são atingidos pela castração.

Soler (2005, p. 225) aponta que “[...] podemos escrever: todos os homens, o homem está todo na função fálica; [...] é pelo fato de um x indeterminado situar-se todo na função fálica que podemos chamá-lo de homem”.

Sobre o lado da mulher, Lacan (1985, p. 107) explica:

A todo ser falante, como se formula expressamente na teoria freudiana, é permitido, qualquer que seja, quer ele seja ou não provido dos atributos da masculinidade – atributos que restam a determinar – inscrever-se nesta parte. Se ele se inscrever nela, não permitirá nenhuma universalidade, será não-todo, no que tem a opção de se colocar na φx ou bem de não estar nela.

Isto porque no lado da mulher não há nada que garanta a universalidade, não há exceção. Todas estão submetidas à norma fálica, ainda que não-toda. O artigo a está, portanto, barrado. De acordo com André (1998, p. 221), “temos aí um vazio, uma falta, à qual faz eco o significante $S(\underline{A})$, significante de furo no Outro”.

É assim que, para Lacan, $\underline{A}$ mulher não existe:

(...) quando escrevo $\forall x \varphi x$ esta função inédita na qual a negação cai sobre o quantificador a ser lido *não-todo*, isto quer dizer que quando um ser falante qualquer se alinha sob a bandeira das mulheres, isto se dá a partir de que ele se funda por ser não-todo a se situar na função fálica. É isto o que define a... a o quê? – a mulher justamente, só que A mulher, isto só se pode escrever barrando-se o A . Não há A mulher pois – já argumentei o termo, e por que olharia eu para isso duas vezes? – por sua essência ela não é toda (LACAN, 1985 [1972-1973], p. 98).

Logicamente, da mulher não-toda podemos derivar a fórmula também lógica “não existe relação sexual”. Não existe complementaridade entre os gozos – esta complementaridade se limita ao imaginário sexual. Não há relações entre homens e mulheres porque eles não são seres universais.

Dor (1995, p. 228, grifo do autor) explica

Afirmar que *a mulher não existe* equivale evocar, como acabamos de ver, alguma coisa de sua relação particular com o gozo fálico. Para que *A mulher*

exista, seria necessário supor o mito de *ao menos uma mulher* que fosse exceção à função fálica. Nessas condições teríamos que *A mulher* seria equivalente a *Um pai*, a qual indicaria a todas as mulheres o lugar de um gozo equivalente ao do Pai simbólico, ou seja, um *gozo inacessível e proibido*, subtraído a castração. Teríamos assim, como para os homens um limite imposto a todas as mulheres, do ponto de vista da função fálica, as quais constituiriam então um conjunto universal. Se fosse assim, isso suporia que esse *A mulher* interviesse então de um modo estruturalmente equivalente ao *Nome-do-Pai*, o que 'é estritamente impossível, já que *esse significante fálico, é necessário e único*.

Soler (2005, p. 226) destaca que “não é por serem mulheres que elas são ‘não todas’, mas, quando elas se alinham do lado do ‘não todo’, podem ser chamadas de mulheres”. Assim, qualquer sujeito, independentemente do seu órgão genital, pode se alinhar em qualquer um dos lados.

A barra que Lacan coloca no A de “A mulher não existe” é homóloga à barra do Outro em S(A). Assim, o não todo vai se relacionar à lalíngua, fundada pela impossibilidade de dizer tudo. O simbólico não recobre todo o real, há um mais-além. Assim, “o significante ‘mulher’ conota aquilo que escapa ao discurso e faz presente o mais-além do que se pode atingir pela fala” (SOLER, 2005, p. 227).

Enquanto o $\exists x \varphi x$ marca um impossível, $\forall x \varphi x$ marca um contingente, uma existência indeterminada (a priori). Cada mulher deverá encontrar seu caminho nesta contingência. Ao contrário do que encontramos nas revistas femininas, trata-se de traço singular que de forma alguma possui um algo a ser repassado, ensinado, aprendido ou algo que o valha.

Retomando os termos atividade e passividade, Lacan irá tratá-los a partir da noção de libido, que como observamos é masculina, tentando aproximar esta libido aos modos de gozo. Com relação a isto, André (1998, p. 21) explica:

Se o postulado da unidade da libido permanece intocado no desenvolvimento da obra freudiana, a afirmação de sua masculinidade primordial vai ser

consideravelmente alterada pela postura em evidência de um gozo passivo que afeta a criança na sua relação primeira com a mãe.

A menina deveria abandonar este gozo para que entrasse no complexo de Édipo e deveria retornar a ele mais tarde, para avocar a sua feminilidade.

A libido é dividida por dois modos simultâneos de gozo na mulher (o todo fálico e o não-todo fálico, que se constitui como um mais além do primeiro).

A menina, para se constituir como sujeito, deve passar da posição passiva (objeto da mãe) para a ativa, mas deve ainda manter seu caráter passivo para passar à feminilidade. André (1998) reconhece aí mais uma questão de desdobramento que de substituição, fazendo da tarefa de tornar-se mulher uma metáfora impossível, uma vez que é só metonímia.

A criança, seja menino ou menina, se submete ao desejo da mãe (formulação solidária a “o desejo é o desejo do Outro”). Entretanto, o que sucede a partir da relação com a mãe será diferente se se trata de uma menina ou um menino. Segundo Sauret (1998), desde o advento do significante, a criança não pode mais contar com o instinto materno. Resta a ela (criança real) tentar ocupar o lugar ao qual é chamada, de falo imaginário da mãe (criança imaginária). Com a ajuda do pai, a criança se liberta desta primeira identificação. Neste processo, enquanto o menino se identifica ao pai (identificação masculina) por meio da tomada de um traço mínimo de identificação ao pai, “a mãe não pode em caso algum fornecer à filha um traço unário que suporte sua identidade de menina, pelo motivo de que o significante da identidade feminina não existe” (ANDRÉ, 1998, p. 195).

André (1998) ainda propõe que esta falta significante reforça a castração na menina. O único lugar que resta a ela é de falo o que explica porque “a vida sexual feminina esteja de tal modo centrada no amor e na demanda do amor” (ANDRÉ, 1998, p. 198). Não seria também

então o motivo pelo qual os conteúdos das revistas femininas falam tanto sobre relacionamentos?

O Outro é marcado pela falta de significante. No contexto desta pesquisa, podemos considerar que este significante que falta é o significante “A mulher”. Nesse sentido, uma mulher somente pode existir na sua exclusão. É a exclusão radical de um conjunto que faz com que possamos chamá-la de mulher. Se ela fizesse parte de um todo, não seria mais mulher.

Freud mesmo, ainda interessado na questão, ensaia diversos artigos que tentam cercar esse impossível: desde sexualidade infantil, passando por sexualidade feminina até, totem e tabu. Ao final da sua obra Freud perguntava-se “O que quer a mulher?” (apud JONES, 1970, p. 565). Lacan retoma a pergunta e transfere a ausência de uma representação no psiquismo para os dois sexos pela ausência de um significante capaz de produzir significações dos dois sexos, uma vez que o significante falo produz o homem, mas não a mulher. Por conta disso, Lacan propõe que “o que se deve fazer como homem ou como mulher, o ser humano tem que aprender, peça por peça, do Outro” (LACAN, 1998b, p. 194).

É importante ainda diferenciar a histeria da feminilidade. A feminilidade como pudemos observar se relaciona à falta de um significante, e não ao “significante da falta” (falo). Na histeria encontramos o gozo fálico, enquanto na feminilidade há o gozo fálico e o gozo Outro. Prates (2001, p. 12) explica, “a histeria, assim como a mascarada (como encenação imaginária da não-toda), o amor ou a maternidade são soluções que acabam por desconhecer a diferença anteriormente coloca, isto é, preservam o gozo fálico e sofrem no retorno do gozo Outro”.

Na histeria encontramos uma defesa ao não-todo. Prates (2001) ainda propõe que a histérica, frente à sedução materna se volta ao pai, e dada a falta que encontra também do lado

do pai, pode-se dizer que o desejo da histérica é um desejo de insatisfação. Ainda relaciona, seguindo o quadrante lógico, que a histérica, ao invés de conformar com o não-todo, irá se identificar com o que faz a exceção à castração, o pai da horda primitiva. “(...) a histérica está identificada ao Pai como aquele que castra o Outro” (PRATES, 2001, p. 88).

A despeito do insucesso de Freud em saber responder o que quer a mulher, deixando esta tarefa aos poetas, e da afirmação provocante de Lacan de que A mulher não existe, observa-se a publicação de inúmeras revistas que têm como principal foco editorial conteúdos destinados a mulheres. Estas revistas tentam de várias formas responderem a pergunta “o que quer a mulher?” e “O que é uma mulher”.

Capítulo III

A ANÁLISE DO DISCURSO PÊCHEUTIANA (AD)

Scott (1988) afirma que é necessária uma nova exegese para a compreensão da feminilidade. Neste sentido, a Análise do Discurso proposta por Pêcheux é um instrumento privilegiado. Esta disciplina de entremeio possibilita uma investigação inovadora, pois propõe “uma forma de reflexão sobre a linguagem que aceita o desconforto de não se ajeitar nas evidências e no lugar já-feito” (ORLANDI, 2002, p. 7).

A AD pode ser tomada tanto “como um dispositivo de análise quanto como a instauração de novos gestos de leitura” (ORLANDI, 2002, p. 8). Sendo assim, se torna particularmente útil na análise de recortes que possuem seus sentidos aparentemente tão assentados, como é o caso dos genéricos discursivos, que tão caracteristicamente têm seus sentidos logicamente estabilizados. A análise vai trabalhar com esta aparência, de modo a deslocar os sentidos.

Através da construção do *corpus*, objetiva-se analisar a materialidade lingüística, remetendo-nos, então, a um discurso espesso na sua exterioridade⁴, e que traz leitura(s) (possíveis) sobre a mulher. Isto porque sabemos que todo enunciado pode vir a ser outro (cf. PÊCHEUX, 1995), por meio de deslocamentos de sentidos causados pelo próprio funcionamento do discurso, do qual não podemos (ao contrário do que a gramática normativa e a Lingüística clássica tanto tentam) retirar toda a ambigüidade, equivocidade, contradição etc.

⁴ Exterioridade deve ser entendida aqui como sinônimo de condições de produção. Além disso, a exterioridade não é algo que está *fora*, mas sim, é *constitutiva* do dizer.

Por meio destes deslocamentos, que podem ser feitos, por exemplo, com paráfrases, podemos articular o enunciado às suas condições de produção. Segundo Orlandi (2001, p. 36), “os processo parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. (...) A paráfrase está do lado da estabilização”.

A significação é produto da cadeia de significantes e está diretamente relacionada a gestos de interpretação, “o lugar em que se tem a relação do sujeito com a língua” (ORLANDI, 1996, p. 46). A posição do analista do discurso difere da do leitor/falante comum pelo lugar que ele ocupa e pelo reconhecimento de que todos (inclusive ele mesmo) estão submetidos à ideologia. Cabe ao analista do discurso recuperar o sentido histórico das palavras que vão além do sentido que podemos encontrar no dicionário. Esta atualização do sentido deve ser feita por meio de deslizamentos (paráfrases). O recurso à paráfrase tem como finalidade estabilizar os processos de significação.

Para tanto, o analista do discurso deve estranhar o material lingüístico, e tentar buscar como agiram os esquecimentos (número 1, de que o sujeito é origem do dizer, e o número 2, de que o diz corresponde literalmente ao que pensa). Ao mesmo tempo em que interpreta, ele descreve. Está sempre atento a um *corpus* alternativo, ou seja, àquilo que poderia ter sido dito, mas não foi (ORLANDI, 2001).

A AD quebra com a dicotomia entre língua e fala proposta por Saussure (1995), onde a língua corresponderia ao conjunto de palavras que possuem um significado fixo e transparente distribuída uniformemente entre os falantes, enquanto a fala configuraria os usos individuais desta língua.

A AD se caracteriza, segundo Orlandi (1996), por ser uma disciplina de entremeio e não positiva, e pelo deslocamento de conceitos como sujeito e linguagem graças à noção de ideologia, sendo que não é proposta uma separação entre a linguagem e sua exterioridade, fato que torna impossível uma análise de conteúdo. A própria noção de ideologia na AD não pode ser separada da noção de discurso, que por sua vez não vai separar linguagem e história. Parte-se da superficialidade lingüística para suas condições de produção, que vão desde as da situação imediata às determinações históricas de forma ampla. Assim, a AD não considera a linguagem como uma transparência, ou imanência, de onde se poderia apreender um sentido “pronto e completo”, anterior ao texto e à sua produção. A linguagem é opaca, e o que a AD se propõe a fazer é mostrar esta opacidade, “desautomatizar os sentidos (...) analisando-se, por exemplo, o efeito do já-lá, e o pré-construído” do discurso, como proposto por F V Tfouni (2003, p. 18).

Trata-se de uma teoria materialista do discurso. A AD parte dos seguintes referenciais teóricos: a Lingüística, com o seu objeto próprio, a língua; o Materialismo histórico, com a inscrição material da história na língua; e a Teoria do Discurso, como determinação histórica dos processos semânticos – isto tudo atravessado por uma teoria sobre o inconsciente, a Psicanálise. (cf. PÊCHEUX, 1993).

O conceito de ideologia em AD não se relaciona a “idéias” e sim a práticas. Segundo Orlandi (1996, p. 48). A ideologia “é uma prática significativa. Necessidade da interpretação, a ideologia não é consciente: ela é efeito da relação do sujeito com a língua e com a história em sua relação necessária, para que signifique”.

Para trabalhar este conceito, Pêcheux recorre ao texto de Althusser (em especial *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*). Segundo Althusser (1980), existiria uma necessidade de

reprodução das condições materiais de produção para que se pudesse manter o funcionamento social. O Estado seria mantido aqui pelos Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE), por exemplo, religioso, escolar, familiar etc. O que não significa que dentro destes aparelhos não haja contradição e luta de classes. Para Althusser, a ideologia não está livre da história, “as ideologias *têm uma história própria* (embora esta história seja determinada em última instância pela luta de classes), e por outro lado, que a *ideologia em geral não tem história*, não num sentido negativo (a sua história está fora dela), mas num sentido absolutamente positivo” (ALTHUSSER, 1980, p. 74, grifo do autor). A história da ideologia é a história da luta de classes.

Se a ideologia não está ligada às idéias, a ilusões ou alusões, ela se relaciona à materialidade. De acordo com Althusser (1980, p. 93, grifo do autor), “só existe ideologia para sujeitos concretos e esta destinação da ideologia só é possível pelo sujeito: entenda-se, *pela categoria de sujeito* e pelo seu funcionamento”. Há aí um jogo de dupla constituição entre sujeito e ideologia.

A função da ideologia é a de interpelar indivíduos em sujeitos. Neste processo, haveria a produção de evidências, que não podem deixar de ser reconhecidas pelos sujeitos. Frente a estas evidências “exclamamos (em voz alta ou no ‘silêncio da nossa consciência’): é evidente! É isso! Não há dúvida!” (ALTHUSSER, 1980, p. 96). Entretanto, neste processo de reconhecimento proporcionado pela ideologia, Althusser reconhece um desconhecimento. O desconhecimento da coisa em si.

Althusser (1980, p. 110, grifo do autor) ainda aponta que “*o indivíduo é interpelado como sujeito (livre) para que se submeta livremente às ordens do sujeito, portanto para que aceite (livremente) a sua sujeição*”. De Lauretis (1987) dá um exemplo interessante de interpelação:

quando marcamos a caixa que contém o F ou o M ao preencher um formulário, estamos respondendo à interpelação por um reconhecimento.

Ao tratar a ideologia, Althusser irá proclamar que a ideologia não tem exterior. Pêcheux (1995), por sua vez, irá colocar no plural, “as ideologias”. Henry (1997, p. 33, grifo do autor) explica que “*uma* ideologia tem ‘exterior’, mas este exterior é de outras ideologias”.

Pêcheux (1995), na sua leitura de Althusser, irá interpretar estes AIEs não como uma lista de elementos, mas sim como um “conjunto *complexo*, isto é, com relações de contradição-desigualdade-subordinação entre seus ‘elementos’” (PÊCHEUX, 1995, p. 145).

Se a ideologia não é abstrata, Pêcheux localiza nas formações ideológicas a sua materialidade. Estas formações ideológicas se referem aos AIEs. Pêcheux resume a materialidade da instância ideológica da seguinte forma:

(...) a objetividade material da instância ideológica é caracterizada pela estrutura de desigualdade-subordinação do ‘todo complexo com o dominante’ das formações ideológicas de uma formação social dada, estrutura que não é senão a da contradição reprodução/transformação que constitui a luta ideológica de classes (PÊCHEUX, 1995, p. 147).

O sujeito então passa a ser uma posição (inconsciente) assumida diante da ideologia. Há aqui logicamente a suposição do indivíduo. É só-depois do sujeito que podemos falar em indivíduo.

Para a análise é necessário mobilizar a história. A história se relaciona à interpretação. A história como disciplina de conteúdo se relaciona ao que Courtine chama de “efeitos de memória” que “constroem a ficção de uma história imóvel, história de um tempo que não passa, congelamento do tempo histórico no qual se forma a discursividade” (COURTINE, 1999,

p. 21). A este tipo de memória cheia (que supõe uma linearidade entre passado, presente e futuro) é contraposta uma memória lacunar que provoca descontinuidade.

A materialidade destes sentidos só pode então ser apreendida através da materialidade do discurso. Assim, o que interessa não são os sentidos em si, mas sim o modo como estes sentidos são produzidos e circulam. Pêcheux (1995) irá propor que o processo discursivo se trata dessa relação material entre os elementos lingüísticos /significantes.

O discurso (efeito de sentido entre interlocutores) mobiliza o interdiscurso (ou seja, o pré-construído, as articulações anteriores que sustentam o dizer). O interdiscurso é definido por Pêcheux como “esse ‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas, esclarecendo que também é submetido à lei de desigualdade-contradição-subordinação que (...) caracteriza o complexo das formações ideológicas. Courtine (1999, p. 18) propõe que o interdiscurso seria “séries de formulações marcando, cada uma, enunciações distintas e dispersas, articulando-se entre elas em formas lingüísticas determinadas (citando-se, repetindo-se, parafraseando-se, opondo-se entre si, transformando-se...)”. O autor distingue dois níveis, o do enunciado que se relaciona a este interdiscurso, ao já-dito (a memória discursiva) e o nível da enunciação, que leva em conta as condições imediatas de produção, quem diz, o que diz, para quem diz, etc. (atualidade do dizer).

Achard (1999, p. 17) propõe que o “a enunciação (...) deve ser tomada, não como advinda do locutor, mas como operações que regulam o encargo, quer dizer a retomada e a circulação do discurso”.

O sujeito na AD é descentrado (como origem do dizer), não é considerado o sujeito empírico ou o psicológico, que tem determinadas intenções e é capaz de levá-las a cabo, ou que

tem controle sobre seus atos e sobre seu dizer, há uma determinação histórica do dizer e, o sujeito não tem controle sobre o que fala, uma vez que ele é afetado tanto pela ideologia quanto pelo inconsciente. O efeito de unidade imaginária se dá através das identificações que o sujeito realiza com determinadas (e não outras) formações discursivas hegemônicas, que não são prontas, estão sempre em relação a outras e, que se articulam às formações imaginárias. Essas identificações acabam por proporcionar um efeito de evidência de sentidos. O sujeito passa a ser entendido como uma posição discursiva, efeito de sentido entre interlocutores, se produzindo dialeticamente na alteridade, ocupando alguns lugares e não outros, e sendo construído pelos lugares onde é afetado pela ideologia.

O efeito de evidência de sujeito é, portanto, fruto da ideologia e do inconsciente. Pêcheux (1995, p. 152, grifo do autor) explica:

[...] o caráter comum das estruturas-funcionamentos designadas, respectivamente, como *ideologia* e *inconsciente* é o de dissimular sua própria existência no interior mesmo do seu funcionamento, produzindo um tecido de *evidências 'subjettivas'*, devendo entender-se este último adjetivo não como 'que afetam o sujeito', mas 'nas quais se constitui o sujeito'.

Para Pêcheux o sujeito é resultado de um apagamento do processo de sua constituição. Este apagamento é imprescindível para que o sujeito se reconheça e venha a ocupar o lugar ao qual é chamado. Há aí uma contradição: o sujeito é ao mesmo tempo resultado e causa de si. Pêcheux explica que isso se deve ao fato do que ele chama de não-sujeito ser interpelado em sujeito pela ideologia. Entretanto, por retroação, qualquer indivíduo é “sempre-já-sujeito”. Pêcheux chama esta contradição de “efeito Münchhausen” em referência ao barão de Münchhausen que se levantava puxando os próprios cabelos (PÊCHEUX, 1995).

O sujeito acredita assim ser a origem do seu dizer graças à interpelação. Esta

se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito): essa identificação, fundadora da unidade (imaginária) do sujeito, apóia-se no fato de que os elementos do interdiscurso (...) que constituem, no discurso do sujeito, *os traços daquilo que o determina*, são re-inscritos no discurso do próprio sujeito [intradiscurso] (PÊCHEUX, 1995, p. 163, grifo do autor).

O intradiscurso seria o fio do discurso, o eixo linear no qual os dizeres anteriores se articulam. Ele é caracterizado por Pêcheux (1995, p. 167) como “um efeito do interdiscurso sobre si mesmo, uma ‘interioridade’ inteiramente determinada como tal ‘do exterior’”. Esta simulação do “interdiscurso no intradiscurso” é considerada por pelo autor como uma das bases da unidade imaginária do sujeito.

O sentido, em AD, não existe em si mesmo. Ele está sujeito às condições nas quais um discurso é produzido. Não haveria mais a correspondência direta entre significante e significado. Pêcheux (1995, p. 160, grifo do autor) resume da seguinte forma: “*as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam*”. O sentido das palavras e expressões é constituído pelo encadeamento significante dentro de uma determinada formação discursiva. A passagem de uma formação discursiva para a outra modifica este sentido.

A diferença entre as formações imaginárias (que determinam as formações discursivas) é a causa dos desencontros na fala. Através destas formações imaginárias os interlocutores podem antecipar os efeitos causados pela sua fala, supondo um lugar no processo discursivo para si mesmo e para os outros. Entretanto, este controle não é absoluto.

O sujeito está imerso em dois esquecimentos (ou ilusões): (1) de que é origem do seu dizer – esquecimento da ordem do inconsciente; e (2) de que o que ele diz corresponde exatamente ao que ele pensa – esquecimento da ordem da enunciação. A AD coloca que esses

esquecimentos são uma “ilusão” do sujeito, na medida em que, para a AD, o discurso é sempre uma retomada de outros discursos anteriores (interdiscurso). Assim, mundo e linguagem não possuem uma relação unívoca.

Pêcheux (1995, p. 173) aponta que

o sujeito-falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina. Nesse sentido, o esquecimento nº1 remetia, por uma analogia com o recalque inconsciente, a esse exterior, na medida em que (...) esse exterior determina a formação discursiva em questão.

A retórica tenta apagar (em vão) o esquecimento número 2, na medida em que o sujeito, inclusive com os mecanismos de antecipação, se coloca no lugar do seu interlocutor a fim de prever que sentidos serão produzidos a partir de suas palavras. Isto porque, como Pêcheux (1995) propõe partindo da primeira tópica freudiana (consciente/pré-consciente/inconsciente), o esquecimento nº 2 se relaciona a um esquecimento pré-consciente, pois o sujeito pode se dar conta que pode dizer de outra maneira (família parafrástica).

Pêcheux (1995, p. 173) nos explica que o sujeito escolhe “um enunciado, forma ou seqüência, e não outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia reformulá-lo na formação discursiva considerada”. Define ainda a formação discursiva como “espaço de reformulação-paráfrase onde se constitui a ilusão necessária de uma ‘intersubjetividade falante’ pela qual cada um sabe de antemão o que o ‘outro’ vai pensar e dizer” (PÊCHEUX, 1995, p. 172).

Os enunciados que circulam socialmente estão atrelados a determinadas formações discursivas, definidas primeiramente como “aquilo que pode e deve ser dito, articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de um programa etc., a partir de uma posição dada, em uma conjuntura dada”. Mariani (1998, p. 34) acrescenta:

Inserido em um conjunto de formações imaginárias específico de uma formação social em um dado período histórico, o sujeito ao enunciar se projeta imaginariamente na forma-sujeito da formação discursiva que o domina, ‘incorporando’, desse modo, ‘sua realidade’, e seus ‘sentidos’ enquanto ‘sistema de evidências e de significações percebidas – aceitas – experimentadas’.

Neste sentido, de acordo com Mariani (1998) não seria suficiente em uma análise apenas apontar o sentido hegemônico que atua em tal situação, mas também apontar os sentidos aos quais ele se filia (o que deixou de ser dito), os gestos de resistência a este sentido, o motivo pelo qual ele torna-se o objeto de interpretação, e quais relações de força e poder possibilitaram que este sentido fosse dominante. A colocação destes dizeres em circulação a partir de uma autoridade no assunto também ajuda a legitimar este dizer, sendo que a mídia aí atuaria como fundadora de um “consenso de significação”.

No trabalho do analista, os sentidos devem ser deslocados, deve haver uma movimentação entre as formações imaginárias a fim de um rearranjo destes modos de dizer, que são constituídos na história, através da procura de possíveis mudanças e rupturas, bem como resistências e conservações. É ainda importante ressaltar que nesta pesquisa a importância dada à informação é deslocada para os processos de produção de sentido. Olhar a superficialidade lingüística na busca por um sentido por de trás dessa superficialidade, um sentido que pode ser apreendido, não é o trabalho da AD.

Os dados, então, são tomados como “elementos indiciários de um modo de funcionamento específico” (TFOUNI, 2004, p. 68). Esta é a característica principal da análise indiciária, à qual a AD se filia, e à qual seguiremos nesta pesquisa: a busca por indícios, vestígios, pistas que possam nos dar alguma indicação acerca das condições de produção do recorte, que só deve ser considerado uma unidade de análise se representar um discurso. O analista

encontra, no texto, as pistas dos gestos de interpretação submetidos à historicidade, na medida em que qualquer fato ou evento, quando surge, reclama um sentido.

Como investigaremos a ocorrência de genéricos nos *corpora* que serão analisados, é preciso marcar aqui que, como “ideologicamente, o processo dos genéricos dá sustentação às duas ilusões” (TFOUNI, 2004, p. 81), o trabalho de análise, que se inicia na própria constituição do *corpus*, deverá questionar qual a natureza do genérico em questão, quais sentidos são naturalizados por este genérico (aí se destaca o papel da ideologia) – perguntas estas que se relacionam ao esquecimento número 1. Além disso, será investigada qual a relação com o não-dito, e quais as possíveis relações parafrásticas, já que sempre que se diz *x*, deixa-se de dizer *y* – questionamentos estes que, por sua vez, se relacionam ao esquecimento número 2.

Pêcheux (1993) remata a primeira parte de seu trabalho frisando:

que um discurso não apresenta, na sua materialidade textual, uma unidade orgânica em um só nível que se poderia colocar em evidência a partir do próprio discurso, mas que toda forma discursiva particular remete necessariamente a formas possíveis, e que essas remissões da superfície de cada discurso às superfícies possíveis que lhe são (em parte) justapostas na operação de análise, constituem justamente os sintomas pertinentes do processo de produção dominante que rege o discurso submetido à análise” (PÊCHEUX, 1993, p. 104, grifo do autor).

Há uma necessidade por parte do sujeito de que os sentidos se sedimentem. “O sujeito pragmático (...) tem por si uma imperiosa necessidade de homogeneidade lógica” (PÊCHEUX, 2002, p. 33). Tomando isto que é proposto por Pêcheux (2002), podemos supor que os modelos do que é ser uma mulher partem dessa necessidade de homogeneidade lógica. Estes modelos devem ser seguidos por todas aquelas que querem se denominar mulheres de forma geral, ou de maneira ainda mais específica, por exemplo, uma “senhora sensata”, como ilustra o seguinte recorte da Revista Feminina: “Uma senhora sensata principalmente casada, deve evitar sahir á

rua com um homem que não seja o seu pae, o seu irmão ou o seu marido”. (REVISTA FEMININA, n. 34, 1917, p. 17). O que passa despercebido é que nestes enunciados logicamente estabilizados entra em jogo o equívoco. Todo enunciado pode vir a ser outro.

Há uma polifonia constitutiva de qualquer enunciado. Isto graças ao caráter histórico de constituição de sentidos. Nem sempre ser uma mulher sensata teve essa prescrição. Os sentidos que se relacionam historicamente com o significante “sensata” estão constantemente em movimento. Isto porque em diferentes momentos, graças às condições de produção, alguns sentidos serão possíveis de serem constituídos por meio de gestos de interpretação. Aqui falamos de interpretação no sentido de interpretação do sujeito comum, promovido pelo dispositivo ideológico, como propõe Orlandi (1996, p. 84). O que deixou de ser dito (o outro possível) atua no interior do próprio dito como parte constitutiva.

Foucault (1995) irá propor que o poder possui diversas manobras, forças que agem e se respondem, se exercendo de várias formas. Aponta ainda que “exercício do poder consiste em ‘conduzir condutas’ e em ordenar probabilidade” (FOUCAULT, 1995, p. 244). Sendo que conduta seria tanto ligada ao “ato de ‘conduzir’ os outros (segundo mecanismos de coerção mais ou menos estritos) e a maneira de se comportar num campo mais ou menos aberto de possibilidades” (FOUCAULT, 1995, p. 243-244).

Este tipo de exercício do poder poderia então ser efetuado por meio de discursos com seus sentidos sedimentados. Pêcheux (2002, p. 31) afirma que “todo enunciado produzido nesses espaços [logicamente estabilizados] reflete propriedades estruturais independentes de sua enunciação: essas propriedades se inscrevem, transparentemente, em uma descrição adequada do universo”.

Assim, “a partir da análise da forma de inscrição da historicidade (...) na linguagem torna-se possível entrever os processos discursivos que atuam na perpetuação e cristalização de determinados sentidos em detrimento de outros”. (MARIANI, 2001, p. 41). Por conseqüente, nos deparamos com um efeito imaginário de linearidade, coerência interna da formação social.

A concepção de sujeito na AD rompe com a concepção de indivíduo (transparente e mensurável). De acordo com Haroche (1992), Foucault (1975) propõe que esta “individualidade” é resultado de disciplinas celulares que isolam e determinam os indivíduos.

Segundo Haroche (1992, p. 21) “Uma forma de poder que classifica os indivíduos em categorias, identificando-os, amarra-os, aprisiona-os em sua identidade”. Haroche vai diferenciar o individualismo do mecanismo de individualização, pois enquanto no primeiro é possível alguma resistência, o segundo configura um mecanismo coercitivo que isola e determina o indivíduo.

Algumas disciplinas são lugares privilegiados para a fabricação de mecanismos que tendem a isolar o indivíduo. A psicologia, por exemplo, é uma delas por visar um indivíduo médio. A gramática e a estatística têm, de acordo com Haroche (1992, p. 21) o mesmo projeto de “tornar visível a interioridade e o corpo por inteiro” através da disciplinarização e normalização da subjetividade.

Uma forma de alcançar esta disciplinarização e normalização dos comportamentos e subjetividades é por meio dos genéricos discursivos.

Esse efeito imaginário de continuidade, de coincidência tenta a todo o momento dissimular que “tudo não se diz”. Gadet e Pêcheux (2004, p. 52, grifo dos autores) emendam às formulações de Milner (1987), em *O amor da língua*, escrevendo que “o Édipo lingüístico

corresponde ao fato de que *toda a língua* não pode ser dita, em qualquer língua que seja”.

Ainda assim, o ser humano não se cansa de tentar falar aquilo que não se pode dizer, numa tentativa (frustrada) de fazer com que o simbólico consiga recobrir todo o real.

Se “o real é o impossível... que seja de outro modo” (PÊCHEUX, 2002, p. 29).

Genéricos Discursivos

Os genéricos discursivos são caracterizados pelo seu sentido naturalizado. De acordo com Tfouni (2004, p. 79), o genérico

Trata-se de dos provérbios, *slogans*, máximas, rezas, ‘fórmulas encapsuladas’ (conforme LEMOS, 1984), resumos historicamente constituídos de experiências e atividades do homem sobre o (no) mundo. (...) codificam valores e crenças.

É através destas fórmulas encapsuladas que são feitas as identificações que naturalizam os sentidos atribuídos à mulher e suas atividades.

Além disto, este tipo de discurso genérico é uma estrutura que “tem o poder de apagar as marcas da enunciação, dando a ilusão da objetividade e da verdade completas” (TFOUNI, 2004, p. 78). A autora questiona a impossibilidade de diferentes interpretações citando Pêcheux (2002, p. 53) que afirma que “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de vir a ser outro”. Isto por conta da dimensão de acontecimento que tem o discurso. Ainda que mantenhamos a mesma seqüência de palavras, se mudamos o contexto onde é enunciado temos um novo sentido.

Apesar da aparência banal de um discurso genérico, estereotipado, este tipo de peça discursiva tem sido cada vez mais estudado por sua função construtiva e sua produtividade. Segundo Amossy e Pierrot (2005, p. 7) “Il traverse la question de l’opinion et du sens commun,

du rapport à autre, de la catégorisation. Il permet d'étudier les interactions sociales, la relation des discours aux imaginaires sociaux, et plus largement le rapport entre langage et société".

Configurando-se, portanto, num relevante objeto de estudo.

O genérico se relaciona a outros conceitos que, como dito anteriormente, a despeito da existência bastante antiga têm sido estudados sistematicamente somente agora. São eles: os clichês, os "moldes", os lugares comuns, as idéias pré-concebidas e os estereótipos. Não existem definições fechadas sobre o que seria cada um dos conceitos. De um modo geral, seriam discursos que podem ser considerados banais, destacando-se, portanto, a evidência, naturalização, sedimentação do sentido. Assim, a recente ascensão do genérico discursivo ao posto de objeto de discurso, reforça a hipótese de naturalização de sentido e seus efeitos. Por que falar sobre o óbvio?

Este tipo de discurso não é somente caracterizado pela sua fórmula banal, mas também por ser fixo, repetível sob a mesma forma. Amossy e Pierrot (2005, p. 13) apontam ainda o fato de que "o clichê dividiu lugar com a produção de massa (a indústria da novela) e a questão do número – número de leitores, número de eleitores".

O "molde", outra forma de genérico discursivo, é um termo deslocado da pintura e da escultura para a literatura. É caracterizado pela falta de originalidade e por seguir um padrão. Por isso, os moldes são tomados muitas vezes como tradicionais ou uma espécie de respeito aos modelos.

Os lugares comuns são tomados como verdade, ainda que seus sentidos sejam banais, são inevitáveis. O sentido pejorativo atribuído a peças discursivas como estas não impede em nada que sejam tomados como neutros ou como discursos em voga. Amossy e Pierrot (2005)

citam Aristóteles para quem uma opinião é provável quando partilhada por todos os homens ou por grande parte deles. Por tratar-se de uma tradição a maioria dos casos de idéias preconcebidas, opor-se a elas, recusá-las e questioná-las são maneiras de indicar um movimento contrário ao da autoridade. Num contexto religioso, por exemplo, todos os homens têm opiniões vulgares. Subjugam-se a uma mesma lei voluntariamente (ou menos ilusoriamente de maneira voluntária). Enquanto os lugares comuns se relacionam com o sentido de banalidade, nas idéias pré-concebidas estão em jogo relações de poder sociais e políticas.

Flaubert (1997[1852]), em seu *Dictionnaire des idées reçues*, de acordo com Amossy e Pierrot (2005) também liga as idéias preconcebidas a modelos normativos. Segundo Flaubert (1997 [1852] apud Amossy e Pierrot, 2005, p. 23), partindo das idéias preconcebidas “On y trouverait donc, par ordre alphabétique, sur tous les sujets possibles, *tout ce qu’il faut dire em société pour être um homme convenable et aimable*”.

Ainda de acordo com Amossy e Pierrot (2005, p. 24)

Elles [as idéias preconcebidas] inscrivent des jugements, des croyances, des manières de faire e dire, dans une formulation qui se présente comme un constat d’évidence et une affirmation catégorique (...). Elles forment les évidences de base d’une société que décrit sa norme de conduite et de croyances comme un fait universel. (...) Elles sont le prêt-à-dire, prêt-a-penser, prêt-à-faire, prescrit par le discours social.

O estereótipo teria a função de fazer uma mediação entre as imagens da nossa cabeça com a realidade, uma espécie de esquema cultural que preexiste a nós mesmos. Em análise do discurso estas imagens se aproximam da noção de formações imaginárias às quais o sujeito irá se filiar e a partir das quais irá produzir seu discurso.

Ainda segundo os autores, a partir destas imagens da nossa cabeça é que são generalizados os objetos e outros sujeitos. Tratam-se de uma ficção “non parce qu’elles sont

mensongères, mais parce qu’elles expriment un imaginaire social” (AMOSSY; PIERROT, 2005, p. 26). Além de ligado a banalidade, destaca-se sua característica de um “automatisme réducteur”.

De acordo com Amossy e Pierrot (2005), a diferença entre a representação social e o estereótipo é que enquanto a primeira trata de um “universo de opiniões”, a segunda seria uma cristalização. Jodelet (1989, p. 141), segundo Amossy e Pierrot (2005, p. 51) propõe que

Le propre de la stéréotypie, c’est d’être grossière, brutale, rigide et de reproduire sur une sorte d’essentialisme simpliste où la généralisation porte à la fois: - *sur l’extension*: attribution des mêmes traits à tous êtres ou objets désignables par un même mot [...] – *sur la compréhension*: par simplification extrême des traits exprimables par des mots.

Os investigadores que mais se ocuparam das “imagens” como internas, uma espécie de representação psíquica, foram os ligados à Psicologia Social por meio da análise que os membros de um grupo fazem de si mesmos e de outros. Não há, portanto, aproximação com a AD, na medida em que não haveria aproximação possível a estas imagens, já que a AD trabalha com a materialidade discursiva e não com conceitos cognitivistas.

Os *slogans* assim como genéricos discursivos são fórmulas sintéticas que tentam chamar a atenção e persuadir sobre algo.

Swain (2001, pp. 68-9):

Nunca é demais destacar a *démarche* proposta por Foucault (1991) *de inversão das evidências* na análise do discurso social: buscar a vontade de verdade e os recortes discursivos que, no caso, constroem a naturalização de papéis. O discurso de verdade apóia-se na tradição, na ciência, na religião para definir a essência dos seres: uma identidade baseada em critérios arbitrários que se apresenta com um caráter atemporal, negação de toda historicidade, em asserções do tipo “eterno feminino”, “prostituição, a mais antiga profissão do mundo”. Para Foucault (1991:22), esta “(...) vontade de verdade que se impôs a nós há tanto tempo é tal que a verdade assim proposta não pode senão escondê-la”, pois a evidência esconde em suas dobras a vontade de poder que a anima.

Sejam quais forem as positivities atribuídas a mulher (santa, doméstica, má, rebelde) elas tendem a restringir as práticas e possibilidades dos sujeitos.

Ao pensarmos a noção de sujeito, chegamos à conclusão que ninguém jamais escapa completamente aos estereótipos, às idéias preconcebidas, clichês etc., por conta de sua inscrição na sociedade e na história, ou seja, porque está necessariamente sujeito à ideologia. Em termos lacanianos, isto significa que ainda que o sujeito se separe do Outro, há sempre uma alienação constitutiva.

Capítulo IV

FEMINISMO, TEORIA DE GÊNERO E AS REVISTAS FEMININAS.

*“Deve ser algo nas revistas que elas lêem
ou quem sabe naqueles cosméticos”
(Fred Zero Quatro, letra da música Tentando Entender as Mulheres)*

O movimento feminista apesar de datar do século XIX teve seu apogeu na década de 60 do século XX quando políticas feministas eram largamente implementadas. A revista feminina não só contribuiu ao longo do tempo para a divulgação das idéias feministas como também pode ser considerada um dos berços do movimento. Não somente encontramos nestes periódicos materializados os argumentos das feministas como também encontramos, por outro lado, discursos conservadores, ou até machistas. Algumas revistas femininas acabam surgindo tentando submergir o próprio movimento feminista. Assim, acreditamos que seria proveitoso traçar alguns rastros do feminismo a fim de contextualizar historicamente algum dos efeitos discursivos que encontramos materializados nas revistas femininas.

Ao longo da História podemos localizar diversas mulheres que foram protagonistas de algum evento ou momento histórico, como por exemplo, Princesa Isabel ou Joana D’Arc. Entretanto, não encontramos até o século XIX, uma organização de mulheres com objetivos comuns que visam à melhoria da condição da própria classe⁵.

Scott (1988) afirma que a história de produção de conhecimentos sobre a mulher é marcada por uma enorme diversidade (de método, interpretação, temas etc), o que faz com que seja impossível que se fale de um campo unificado. Afirma ainda que

⁵ Classe aqui deve ser entendida no sentido sociológico, e não lógico ou psicanalítico como vimos anteriormente.

More than in many other areas of historical inquiry, women's history is characterized by extraordinary tensions: between practical politics and academic scholarship; between received disciplinary standards and interdisciplinary influences; between history's atheoretical stance and feminism's need for theory (SCOTT, 1988, p. 17).

Esta falta de homogeneidade do campo do feminismo aponta ao que Lacan extrai logicamente: "A mulher não existe", no sentido de um conjunto completo da mesma forma como tratamos "O homem". A mulher não pode ser incluída em um conjunto com regras e normas intrínsecas, uma vez que ela não-toda se submete àquilo que faz regra.

Segunda a historiadora, seria possível descobrir qual é o ponto comum entre todos estes estudos: "it is to make women a focus of inquiry, a subject of the story, an agent of the narrative" (SCOTT, 1988, p. 17) seja qual for o tema ou método. Assim, o campo de estudos sobre a mulher seria marcado pela diversidade, por tensões e contradições, que não impedem que se produza um novo conhecimento, ao contrário podem favorecer a produção de conhecimento.

Scott (1988) aponta ainda que haveria diversas formas de composição de "her-story", ou seja, a história vista de um ponto de vista da mulher. A abordagem da história da mulher tem sido também uma maneira de reformular a própria maneira de fazer história, reescrevendo-a de outras maneiras possíveis, revendo acontecimentos com juízos consagrados de outra forma etc. Scott (1988), para tanto, destaca três termos a serem redefinidos: mulheres como sujeitos, gênero e política. Com a sua noção de político que toma "all unequal relationship as somehow 'political' because involving unequal distributions of power", a autora irá propor que a história não seria mais o acúmulo de fatos, mas sim "a participant in the production of knowledge that legitimized the exclusion or subordination of women" (SCOTT, 1988, p. 26).

Já de acordo com Käppeli (1991), o feminismo se apóia em duas linhas teóricas, uma que vê a mulher como um ser humano igual aos outros (corrente igualitária) e outra que postularia o eterno feminino, sendo as mulheres essencialmente diferentes dos homens (corrente dualista). A questão que se colocaria, portanto, seria “na definição do estatuto político quais são as qualidades que prevalecem, as do gênero humano ou as do sexo feminino?” (KÄPPELI, 1991, p. 542). De qualquer maneira, observamos neste tipo de abordagem, e em todo o feminismo de forma geral, em especial nas primeiras obras que se intitulavam feministas, uma tentativa de fazer da mulher algo que possa ser generalizado para qualquer mulher (qualquer x).

Grossi e Pedro (1998, p. 13) apontam que o feminismo data do século XIX e teria como principal objetivo a luta “em defesa da igualdade de direitos no plano da cidadania (expresso nas lutas sufragistas) e no plano do trabalho (singularizado na expressão ‘Salário igual para trabalho igual’, forjada no bojo das lutas revolucionárias femininas”).

A questão do movimento feminista pode tanto aparecer sob uma ótica político-legislativa, tratando de políticas públicas que visam à igualdade entre homens e mulheres, quanto como algo da ordem ético-social, configurando-se como uma crítica às formas de organização social.

As reivindicações das mulheres eram em sua maioria de caráter político e legal. Lutavam pela igualdade de direitos, pela emancipação e pela libertação. Com relação ao direito, Käppeli (1991, p. 555) afirma:

A crítica feminista visa à dependência conjugal: o direito de decisão do marido nos assuntos que dizem respeito à vida conjugal, o direito de administração e de disposição do marido quanto aos bens de esposa, o direito paternal exclusivo do pai; a injustiça que rodeia a mãe solteira e seu filho; o direito à frequência de escolas superiores; as leis de regulamentação da prostituição; o direito ao sufrágio; o direito a salário igual para trabalho igual.

A questão dos direitos necessariamente nos remete a questões econômicas, culturais e as relações de poder dentro da sociedade. A simples agregação da mulher ao estatuto legal dos homens não seria suficiente, seriam necessárias modificações na lei. Um exemplo recente disto é a Lei Maria da Penha de agosto de 2006, um código voltado exclusivamente aos direitos da mulher em casos de agressão e violência doméstica. Lei que mais uma vez faz das mulheres um conjunto.

As reivindicações feministas passavam também pelo campo da educação e da formação, pois lhes caberia o papel de educação dos filhos, além de ser importante para a competição no mercado de trabalho que as mulheres possuísem alguma qualificação profissional.

Assim, as questões do corpo feminino a partir do século XX, com o desenvolvimento da ciência e da medicina, migraram puramente do campo da moral e passaram a fazer parte do domínio científico, econômico e político. A ciência vai tratar de tentar libertar a mulher do seu medo e da sua ignorância a respeito do próprio corpo. A luta pela liberdade do corpo envolve também uma reforma no vestuário feminino e inclusive a clássica cena de queima de sutiãs. Inclui ainda as discussões sobre o aborto e métodos contraceptivos.

Além de o corpo feminino entrar em discussão, ao tratarem a natureza feminina, muitas vezes são elevadas algumas de suas virtudes. O coração e a moralidade superior são freqüentemente citados por feministas do século XIX. Estas femininas tendem a tratar a natureza feminina como filantrópica (dando inclusive origem ao trabalho social profissional) e o exaltam chamando-o de “maternidade espiritual e social”. Assim, “a virtude feminina maternal confunde-se com a virtude cívica” (KÄPPELI, 1991, p. 562). Críticas posteriores irão tratar este

modelo de pensamento que mitifica a maternidade como uma forma de resistência à entrada feminina na sociedade.

Käppeli (1991) ainda discute os efeitos da entrada da mulher no mundo do trabalho fora de casa e a luta de mulheres (e homens) por melhorias no trabalho doméstico, desde a produção de eletrodomésticos que facilitem o dia-a-dia da dona-de-casa ou até mesmo o pagamento de um salário para as mulheres que trabalham em casa. Entretanto, essa luta termina facilmente, já que “conseguindo apanhar um lugar no mundo do trabalho, as mulheres vêem-se apanhadas pela dupla ocupação e a ausência de política social” (KÄPPELI, 1991. p. 564).

Um primeiro aliado que encontramos do feminismo é o socialismo. Esta união foi fortemente embasada na publicação de *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* de Engels em 1884 e da obra de 1883 de Bebel, *A Mulher e o Socialismo*.

É interessante notar um rompimento entre burguesas e socialistas do próprio movimento feminista pouco antes da Primeira Guerra Mundial, uma vez que as últimas acreditavam que “a igualdade formal reivindicada pelas burguesas perpetua as desigualdades sociais” (KÄPPELI, 1991, p. 568).

Entretanto, é praticamente impossível falar de um único movimento feminista. Atualmente, fala-se das diversas e heterogêneas formas como ele aparece desde as discussões a respeito de tecnologias reprodutivas (ligando-se, portanto, a saúde) até discussões de cunho político-jurídico (como é o caso da Lei Maria da Penha).

Assim, podemos destacar de maneira mais clara que comumente encontramos em outros tipos de discursos, no discurso feminista uma heterogeneidade discursiva bastante evidente. Todo discurso é constituído de diferentes e anteriores discursos (interdiscurso), que

operam na atualidade do discurso. Trata-se de diferentes posições de sujeito em uma mesma formação discursiva. O deslizamento da biologia para a teoria de gênero indicia que há algo que claudica, no sentido de não haver um sentido único, uma única matriz de compreensão da feminilidade. Estes sentidos estão de acordo com momentos históricos e funcionamentos discursivos específicos.

Há ainda aqueles que decretam o fim do feminismo, baseando-se no fato de que de acordo com a teoria de gênero ambos os gêneros, feminino e masculino, são construídos socialmente. Contra este tipo de argumento, Swain (2001, p. 67) escreve que “colocando-se no mesmo assujeitamento ao social a constituição do feminino e do masculino, esquece-se facilmente o caráter hierárquico da *generização* do humano”. Para Swain (2001, p. 68), “o feminismo argumenta e analisa a construção, os mecanismos que produzem poder e reproduzem as desigualdades de gênero”.

Além de influências de movimentos políticos (como o socialismo), o movimento feminista foi originado também em círculos religiosos. As reuniões de orações possibilitaram às mulheres se encontrarem e tomarem a palavra. Käppeli (1991, p. 545-546) ainda propõe que “O barômetro por excelência do feminismo é a proliferação da imprensa feminina e a fundação de inúmeras associações.” Encontramos, portanto, um lugar privilegiado onde a pesquisa se desenvolverá.

A maior parte dos estudos feministas atualmente se desenvolve a partir de uma postura relativista que é contrária a anterior, a essencialista que, por sua vez, tendia a fixar homens e mulheres em identidades específicas partindo da naturalização das diferenças anatômicas. Em

oposição a este modelo, será proposta uma postura relativista, na qual o sujeito é considerado fruto de determinações históricas e sociais (GROSSI; PEDRO, 1998).

A partir desta postura relativista, seria abandonada a diferença sexual baseada na biologia em prol da diferenciação entre os gêneros. O gênero, ao contrário do sexo, não poderia mais ser considerado essencial, o gênero feminino está em constante relação com o gênero masculino. Assim, de um modo geral, é questionado pelas feministas da teoria de gênero esse papel “natural” que parte da diferença biológica. Por meio da desconstrução dessa normatividade se visa à possibilidade de identidades múltiplas e plurais.

A discussão sobre o gênero aparece na década de 70 negando as diferenças que se apóiam na biologia. Esta crítica tem como base a categoria de gênero como análise que traz para a discussão a diferença como sendo relacional: o feminino se qualificando em relação ao masculino e vice-versa. Tratando-se de aspectos relacionais, gênero feminino não é, portanto, sinônimo de mulheres. Este tipo de análise tenta buscar as diferenças, não partindo de diferenças no corpo, mas sim na história que se inscreve neste corpo. Desta forma, está ligada também a questões sociais e econômicas.

Por ser uma disciplina muito vasta e bastante difundida nas diferentes formas de conhecimento (desde saúde até política), não podemos falar de um consenso a respeito da categoria de gênero. Partindo disso, mostraremos alguns de seus pontos. De uma maneira geral, a adoção do termo gênero sinaliza o abandono do termo sexo, portanto, da dimensão biológica da discussão.

A historiadora americana Joan Wallach Scott é um dos principais nomes da área. Segunda a autora (1988), não há nada no corpo que determine a divisão social que, por sua vez, só pode ser fruto do que ela chama (baseada em Foucault) de conhecimento. Assim ela postula:

Gender (...) means knowledge about sexual difference. I use knowledge, following Michel Foucault, to mean understanding produced by cultures and societies of human relationships, in this case of those between men and women. (...) Knowledge is a way of ordering the world; as such it is not prior to social organization, it is inseparable from social organization. (...) It follows then that gender is the social organization of sexual difference (SCOTT, 1988, p. 2).

De acordo com Scott (1988), o termo provavelmente tem origem no movimento feminista americano, cuja principal argumentação era de que a diferença entre os sexos, mais que uma diferença biológica, tinha uma qualidade social.

Este conhecimento, portanto, não poderia ser separado do seu contexto, inclusive discursivo. Ele varia conforme variam os contextos. A história não somente seria a responsável por guardar as diferentes organizações sociais, como também teria seu papel constitutivo desta organização. A história é para Scott não somente o seu método de análise, mas também o objeto a ser analisado, na medida em que se crê como transparente e verdadeira. Analisando a história, chegaríamos a entender como os conhecimentos são produzidos. Não basta a leitura literal dos documentos históricos, relatos etc, é necessária uma nova exegese (SCOTT, 1988).

Como a divisão sexual está ligada ao conhecimento, para Scott, quanto mais radical a epistemologia na qual se funda o feminismo, mais radical poderá ser a sua história. Elege o pós-estruturalismo (de Foucault e Derrida) como uma “poderosa perspectiva de análise” (SCOTT, 1988, p. 4), pois não trabalha de maneira a fixar conceitos e sim de forma dinâmica e fluida.

Nesta tomada de posição, o que está em jogo não é somente a diferença sexual percebida, mas a distribuição dos sujeitos nas relações de poder. Se ao se investigar mais a

fundo a respeito do gênero não conseguimos descobrir os porquês cabe então nos perguntarmos como as relações de dominação se mantêm ou são superadas baseando-se nos gêneros feminino e masculino.

De acordo com Scott (1988, p. 6) “rather than there being a separation between feminist politics and academic studies of gender, the two are part of the same political project: a collective attempt to confront and change existing distributions of power”.

Isto seria equivalente a dizer que não importaria a divisão sexual, mas sim o arranjo social – aí se relacionando muito mais a aspectos jurídicos e sociais. Como esta divisão entre dois gêneros diferentes se sustenta por meio de funcionamentos sociais e econômicos específicos.

Segundo Swain (2001, p. 67), “a noção de ‘gênero’ criada pelos estudos feministas desmascara a ação do social contida nos discursos sobre a ‘natureza’ humana e seu valor heurístico é incontornável”. Sendo assim,

As composições de gênero determinam os valores e modelos desse corpo sexuado, suas aptidões e possibilidades, e criam paradigmas físicos, morais, mentais, cujas associações tendem a homogeneizar o "ser mulher", desenhando em múltiplos registros o perfil da "verdadeira mulher". (SWAIN, 2001, p. 67).

Swain (2001) propõe que mesmo os slogans de libertação da mulher não passam de formas atuais de normatizar seus comportamentos, assujeitando-os a formas pré-estabelecidas. Afirma ainda que, graças ao movimento feminista, muitas conquistas, principalmente no campo jurídico, foram alcançadas em vários países, mas que esta possibilidade de ação tem diminuído, na medida em que não ocorrem modificações nas representações de gênero.

A mudança de um paradigma ligado a biologia para outro ligado à categoria de gênero ainda assim não livra a ciência da ideologia. Pêcheux (1995, p. 198) propõe que

o processo de produção dos conhecimentos é um ‘corte continuado’; ele é, como tal, coextensivo às ideologias teóricas, das quais ele *não cessa de se separar*, de modo que é absolutamente impossível encontrar um puro ‘discurso científico’ sem ligação com alguma ideologia.

De modo geral, podemos classificar todos os discursos do movimento feminista, por maior que seja a variedade que encontramos, com argumentos. Isso porque este discurso visa lutar em favor das mulheres. Os argumentos “são produzidos pelos discursos vigentes e suas relações historicamente (politicamente, ideologicamente) determinadas. Os argumentos derivam das relações de discurso” (ORLANDI, 1996, p. 50). Segundo a autora, as intenções do sujeito aí somente têm importância na formulação, onde entrariam em cena as formações imaginárias, antecipações do ouvinte e suas representações.

Segundo Rago (1998), as questões que tentam tratar dinamicamente e de maneira relacional categorias como homens e mulheres, surgem quando Perrot se pergunta se uma História das mulheres é possível em seu célebre artigo *Une histoire des femmes est-elle possible?*, de 1984. Nesta história haveria um outro sujeito universal, a mulher. Entretanto, o fato das mulheres se relacionarem com homens necessariamente não poderia lhes dar um lugar central na história. Deveria ser delegado este lugar central às relações entre homens e mulheres.

Rago (1998, p. 23-24) aponta para os efeitos do feminismo na produção de conhecimento científico assinalando que

Se considerarmos que as mulheres trazem uma experiência histórica e cultural diferenciada da masculina, ao menos até o presente, uma experiência que várias já classificaram como das margens, da construção miúda, da gestão do detalhe, que se expressa na busca de uma *nova linguagem*, ou na produção de

um *contradiscurso*, é inegável que uma profunda mutação vem se processando, também na produção de conhecimento.

Rago (1998) coloca o feminismo ao lado da Psicanálise, da Hermenêutica, da Teoria Crítica Marxista, na medida em que assim como estas disciplinas, o feminismo propõe uma crítica às categorias dominantes e seu caráter particular. Um dos pontos mais criticados pelo feminismo é a categoria de sujeito como uma categoria identitária.

Apesar da aproximação que existe entre o feminismo e a Psicanálise, encontramos pontos de discordância. A crítica freqüente das feministas à Psicanálise partiria da importância atribuída à história e ao contexto, que seriam deixados de lado nas obras de Freud e Lacan. De modo geral, segundo algumas teóricas feministas apesar de Lacan tratar o sujeito como construído (pela linguagem), a presença do que elas chamariam de um único significante (falo, ainda que metaforicamente tomado) faria do processo de construção do gênero algo previsível. Em termos gerais, na teoria lacaniana, “a way to conceive of ‘social reality’ in terms of gender is lacking” (SCOTT, 1988, p. 39).

Scott (1988), neste ponto, destaca alguns argumentos contra este posicionamento, como o de que o antagonismo sexual seria inevitável e a última instância da identidade sexual, sendo que a história somente poderia modificar os significados desta diferença. Cita ainda a obra de Jacques Derrida, que através do conceito de desconstrução, acaba com as oposições binárias que não deveriam ser tomadas como realidades últimas e evidentes.

De acordo com Rago (1998, p. 28), ao pensar uma história das mulheres, um dos pontos em que as feministas esbarram é “o perigo da reafirmação do sujeito ‘mulher’ e de todas as cargas constitutivas dessa identidade no imaginário social”. Afirma ainda que a categoria de

gênero como uma categoria relacional acaba fazendo com que o movimento se desvie de seus objetivos: “o fortalecimento da identidade mulher” (RAGO, 1998, p. 29).

A questão da possibilidade de uma epistemologia feminista tem sido também bastante discutida. Se o feminismo nada contra a corrente dominante, não apenas poderia formular críticas, mas deveria também partir de uma nova forma de produção de conhecimento. Rago (1998, p. 25) propõe que

(...) as noções de objetividade e de neutralidade que garantiam a veracidade do conhecimento caem por terra, no mesmo movimento em que se denuncia o quanto os padrões de normatividade científica são impregnados por valores masculinos, raramente filóginos. Mais do que nunca, a crítica feminista evidencia as relações de poder constitutivas da produção dos saberes, como aponta Michel Foucault. Este questionara radicalmente as representações que orientavam a produção do conhecimento científico, tida como o ato de revelação da essência inerente à coisa, a partir do desvendamento do que se considerava a aparência enganosa e ideológica do fenômeno.

O risco seria o de criar um novo conjunto de regras que regem a produção de conhecimento, assim como antes. E, tomando o que pôde ser observado a respeito da mulher e da sua posição radicalmente excluída de um conjunto, quaisquer tentativas de formulação de regras gerais podem ser vistas como uma forma de combater o que é próprio da mulher. Tratar-se-ia de novamente uma tentativa de cravar a mulher em um lugar pré-determinado.

Segundo Butler (2003), um dos principais expoentes dessa discussão atualmente, o gênero caracteriza-se pelos “significados culturais assumidos pelo corpo sexuado” (BUTLER, 2003, p. 24). Entretanto, não se pode fazer equivaler gênero a cultura, ou sexo a natureza. O gênero “é o meio discursivo/cultural pelo qual a ‘natureza sexuada’ ou o ‘sexo natural’ é produzido e estabelecido como ‘pré-discursivo’, anterior à cultura; uma superfície politicamente neutra sobre o qual age a cultura” (BUTLER, 2003, p. 25), atuando para tanto instituições como o falocentrismo e a heterossexualidade compulsória.

Afirma a autora ainda que o gênero “é uma complexidade cuja totalidade é permanentemente protelada” (BUTLER, 2003, p. 37), falando que seu efeito substantivo é “*performativamente* produzido e imposto pelas práticas reguladoras da coerência de gênero” (Butler, 2003, p. 48). Decorre daí que não existiria então um “a priori” a ser desvendado, aquilo que fizesse de um sujeito mais ou menos mulher; essa identificação absoluta é sempre protelada, prorrogada. Para exemplificação da fraudulência dessa identidade absoluta de gênero, a autora cita as performances de *drag queens* que reconfiguram sexo e gênero, já que estas performances, mais que cópias de funções biológicas, representam imitações de um ideal de feminilidade.

A migração (deslizamento) do modelo de feminilidade ligado à reclusão ao lar, educação dos filhos (esposa-mãe) para um modelo de feminilidade ligado a mulher trabalhadora e independente/auto-suficiente demonstra por um lado que não haveria naturalidade alguma relacionada ao papel da mulher e por outro que os modelos de mulher estão diretamente relacionado ao que Althusser propõe como modos de produção.

A imprensa feminina

A partir de 1840 proliferam-se revistas e jornais voltados ao público feminino. Estas revistas e jornais se diferenciam de acordo com o momento histórico e contexto social em que aparecem. Por exemplo, na Inglaterra os primeiros jornais feministas são influenciados pelo

meio livre-pensador inglês, bem como na França pelo pensamento das saint-simonianas⁶. Dentro de uma mesma publicação podemos encontrar diferentes posições feministas (KÄPPELI, 1991).

A presença de diferentes posições feministas já indicia uma dificuldade de homogeneizar o campo, bem como a presença de interesses distintos no que diz respeito a que posição as mulheres deveriam ocupar em diferentes momentos históricos. Tenta-se falar sobre a mulher, mas não encontramos um consenso, até porque a ideologia não pára de produzir e reproduzir posições discursivas, a luta de classe coloca sempre em movimento o discurso.

A imprensa feminina teve um importante papel no movimento feminista. À época do surgimento dos primeiros veículos destinados exclusivamente à mulher, por volta da metade do século XIX, o índice de alfabetização entre as mulheres era baixo sendo que o acesso à educação foi uma das primeiras causas feministas. De acordo com Käppeli (1991, p. 548), “a aprendizagem da escrita pública pelas mulheres está no coração do feminismo e torna-se essencial na luta contra o esquecimento e o efêmero”.

Observa-se que as revistas femininas surgem contemporaneamente às conquistas das mulheres em todos os setores. A alfabetização e educação mais aprimorada das mulheres contribuíram enormemente para que fossem fundadas as primeiras revistas femininas. Além disso, o crescimento do poder aquisitivo das mulheres das classes médias e das classes trabalhadoras também possibilitou que este veículo se tornasse tão popular entre as mulheres.

Podemos supor que havia interesses em manter a mulher fora do acesso à alfabetização, por inúmeros fatores, como a falta de conhecimentos que a possibilitassem requer ou até

⁶ Saint-simonianas eram feministas que tentavam superar a perspectiva masculina que caracterizava o início do movimento feminista através da tentativa de relacionar a visão feminista à realidade da experiência das mulheres.

mesmo devido ao fato de que aos analfabetos era vedado o direito ao voto, por exemplo. Assim, conservando as mulheres fora desse universo seria mais fácil as controlar.

A imprensa feminina se torna um veículo importante de divulgação de idéias feministas na medida em que a circunscrição ao lar impossibilitava que as mulheres pudessem se encontrar pessoalmente e discutir a sua condição. Ademais, algumas características consideradas “naturais” das mulheres, como a paciência, poderiam auxiliar na árdua tarefa dos estudos. Assim, a função das revistas era de educar as mulheres não apenas para seu próprio bem como para o bem de todos, já que eram elas as responsáveis pela educação dos filhos. Como educar bem uma criança se não era culta o suficiente?, este foi o principal questionamento e justificativa das revistas voltadas para o público feminino nos primórdios de sua fundação (HAHNER, 1981).

É de suma importância observar que estes periódicos são contemporâneos das principais reformas médicas e higienistas. A mentalidade higienista acaba hierarquizando socialmente a inteligência, uma pessoa culta seria superior a uma pessoa inculta. Isto porque

A educação moral (...) criou a figura do indivíduo contido, polido, ‘bem educado’, cuja norma ideal é o comportamento reprimido e disciplinado do *gentleman*, do *petit-bourgeois* europeu. Mas, às custas de uma crescente tendência à autoculpalização, que se tornou a marcar registrada do sujeito ‘civilizado’ e aburguesado. Do sujeito forçado a exercer um autocontrole tirânico (...) (COSTA, 1989, p. 14).

Quais seriam as vantagens de ter em casa uma educadora, que seguindo conselhos e orientações pautados em estudos científicos sobre o comportamento humano? Quais as vantagens para o Estado da manutenção da ordem sem custos algum? A família moderna passaria a ser uma instituição que irá normalizar comportamentos, gerar os futuros homens e principalmente mulheres dóceis.

Estes mesmo preceitos higienistas difundiam a idéia de que enquanto o homem poderia se ocupar de profissões intelectuais, a mulher, por suas características consideradas à época naturais, se ocuparia dos cuidados com a domesticidade. Podemos deslocar o sentido de “paciência”, tomado como um atributo essencialmente feminino, para outros como “menos contestadoras”, “mais flexíveis”, logo, “resignadas”.

Os principais temas tratados por estas revistas eram: afazeres domésticos, educação dos filhos, culinária, moda, crônicas, ilustrações, anedotas e fotonovelas. Segundo Mascaro (1982), estas revistas se destinavam a quatro modelos de mulher: mãe, dona-de-casa, esposa e cidadã.

De acordo com as revistas femininas, para que fosse seguido adequadamente o modelo de uma mulher cidadã, seria desnecessária a saída da mulher de sua casa, pois era possível (e desejável) que a mulher servisse ao Estado de dentro do seu lar, por exemplo: em relação às guerras, as mulheres eram motivadas a fazer economias mais severas; em 1917, a Revista Feminina traz o direito feminino a voto como uma possibilidade de moralização da política nacional; e, a publicação propõe ainda em um texto de 1921 que o “verdadeiro feminismo” não é aquele que tenta retirar a mulher do lar e nem mesmo colocá-la como superior aos homens (MASCARO, 1982).

Há aqui o recurso a um interdiscurso, o da contemporaneidade do feminismo, mas com um deslocamento, modificando os sentidos de “subversivo” de um “falso feminismo”, para outro “verdadeiro”, onde a mulher está colocada dentro lar, “assim como era no princípio, agora e sempre, amém”. Isso porque o verdadeiro aqui também nos fornece um indício de atemporalidade, algo que é verdadeiro, é essencialmente de uma maneira, e não é uma criação.

Havia ainda nas revistas femininas, de acordo com Hahner (1981), uma divisão sexual do trabalho. Exclusivamente às mulheres, consideradas mais “pacientes” e “dedicadas”, caberia a função de educadoras, enquanto aos homens, brutos e fortes, as funções nas quais é exigida força física. Além do progresso certo de que se beneficiaria o mundo ao delegar a educação às mulheres, estas estariam salvas da humilhação que historicamente sofriam.

Apesar de a principal profissão da mulher ser considerada a de acompanhar o homem, amando-o e respeitando-o, isso não a impediria de ter outras profissões, segundo a editora do jornal feminino *O Domingo* (HAHNER, 1981).

No Brasil, a onda feminista da metade do século XIX repercutiu de maneira muito diferente, de acordo com a publicação ou de acordo com diferentes editoras em uma mesma publicação. Enquanto algumas lutavam claramente pela emancipação da mulher, outras falam de uma liberdade que, entretanto, não pode ser considerada igual à dos homens, ou ainda “comparavam as mulheres a flores ou as louvavam como o ‘sorriso do mundo’” (HAHNER, 1981, p. 59).

A mulher é colocada dentro do lar e a justificativa para esse gesto é que, afinal, sendo dona de casa, será útil para toda a sociedade. E acrescenta “Para os homens, o público e o político, seu santuário. Para as mulheres, o privado e seu coração, a casa” (PERROT, 1998, p. 10). Mesmo dentro da casa, a mulher não reina soberana, pois apenas cumpre as funções delegadas pelo marido: de cuidar da casa e dos filhos. As novas ondas de comunicação, o rádio, a televisão, puderam proporcionar à mulher uma oportunidade de tornar-se pública, ao escrever um livro ou um artigo, por exemplo, desde que se saiba a exata extensão disso. A escritura, então, reconsidera a localização da mulher e é considerada uma das primeiras

conquistas femininas, acompanhada de grande resistência por parte de mentalidades mais conservadoras.

Em 1852, é fundado no Rio de Janeiro, o primeiro periódico voltado para o público feminino e intitulado *Jornal das Senhoras*. De acordo com sua fundadora, “a intenção seria a de trabalhar para ‘o melhoramento social e para emancipação moral da mulher’” (HAHNER, 1981, p. 34). O conteúdo editorial desse periódico estava em consonância com as primeiras reivindicações do movimento feminista, a igualdade entre homens e mulheres.

Em suma, observa-se nestas revistas a presença de múltiplas posições de sujeito frente à ideologia. A ideologia não afeta todos os sujeitos da mesma maneira. Assim, encontramos discursos que ora resistem, ora contradizem, ora se subordinam, nos fornecendo indícios sobre o posicionamento ideológico destas revistas. Bem como podemos supor aqui que estas revistas partem de uma suposição imaginária a respeito de suas leitoras e a vontade delas.

Como já citamos, o principal catalisador da educação das mulheres foi a sua obrigação moral e cívica de educar os próprios filhos. E ainda, por meio da educação de seus pequenos, poderiam inculcar novas idéias aos futuros homens. Essa manobra possibilitou às mulheres garantir alguns de seus interesses sob a justificativa de alcançar aquilo que já era esperado dela pelos setores mais conservadores. Uma estratégia inteligente materializada na questão de que, quanto mais culta a mulher fosse, mais apta estaria para cumprir seus papéis de mãe e esposa.

É assim que as primeiras revistas surgem tentando suprir todo conhecimento necessário para a boa administração do lar e da educação familiar. O conteúdo editorial traria tudo que fosse necessário saber para tanto: receitas culinárias, dicas de etiqueta e moda, saúde, entre outros assuntos. Não apenas ligados a conhecimentos práticos sobre os afazeres domésticos,

estes periódicos pretendiam trazer atrativos como jogos de entretenimento, crônicas ou fotos-novela.

Segundo Costa (1989), a partir do século XIX, a legalidade jurídica não conseguia se inserir no seio familiar da mesma forma como estava presente na sociedade de forma geral. Erguidos os muros altos da privacidade, da intimidade, foi necessário o estabelecimento de novas regras familiares. É assim que aos pais foram delegados papéis de devoção nunca antes sonhados pelo período anterior. Nesse sentido, podemos imaginar quão proveitoso é a presença constante de uma “educadora”, que por meio de saberes sobre a moral e os bons costumes consiga transformar pequenos monstros subversivos em indivíduos polidos, verdadeiros cavalheiros dispostos a participar dos jogos do trabalho. Além disso, seria preciso novas mulheres, novas educadoras, capazes de manter a ordem, ou nas palavras da AD, é preciso que se reproduzam as condições materiais de produção.

Em 1862, também no Rio de Janeiro, é fundado o periódico *O Bello Sexo* cuja editora, Julia de Albuquerque Sandy Aguiar, obrigava que as autoras assinassem seus artigos. Este periódico não era tão radical quanto o *Jornal das Senhoras*, já que o carro chefe deste era o progresso das mulheres, através do desenvolvimento de suas aptidões e inteligência, enquanto que o primeiro era declaradamente mais moderado.

Aqui se torna importante tomar os nomes como marcas significantes que indiciam um posicionamento ideológico. Ao tratar as mulheres como o “bello sexo” dá-se um lugar específico que ela deverá ocupar, relacionado à beleza. A obrigação de beleza, como vimos anteriormente, comumente atribuída às mulheres, dentre outras funções tinha como objetivo afastar a mulher da lutar intelectual, colocando-as como uma espécie de bibelô que cumpriram sua função

social indo ao salão de beleza e observando atentamente o que era permitido ou proibido com relação ao vestuário.

Por sua vez, ao dizer “jornal das *senhoras*”, deixa-se de dizer “jornal das *mulheres*”, “jornal das *moças*”, “jornal dos *homens*” etc. Estes deslizos proporcionados pela composição de paráfrases indiciam que a ideologia no caso visa à produção de um sentido específico. Tratar as mulheres como *senhoras* tem conseqüências ideológicas relacionadas a polidez, seriedade, retidão, características bastante aprazíveis à mulher e seu “bom funcionamento” como esposa reclusa e submissa e mãe devotada.

Segundo Perrot (1998), a mulher no espaço público tem quase que um dever de beleza. Enquanto os homens podem reduzir seu guarda-roupa ao simples preto, a mulher deve ter um dia no salão de beleza e ostentar-se com todos os tipos de roupas da moda. É importante considerar aqui que a imprensa da moda, existente desde o século XVIII na Europa, foi considerada uma das primeiras normalizadoras de costumes, e um dos principais índices de reconhecimento “entre pares”.

O historiador Fausto (1972) comenta que o Brasil do início do século, período de proliferação das revistas femininas, era marcado por um antagonismo de mentalidades: uma sociedade conservadora, contrária às ondas de rupturas e, uma sociedade moderna, favorável a estas mudanças. Esta última apoiava-se principalmente nas novidades vindas da Europa.

Segundo Maluf e Mott (1998), as mudanças e rupturas do início do século, corporificadas em São Paulo pela Semana de Arte Moderna de 22, causaram certo aborrecimento na classe mais conservadora da sociedade, que viam nas mudanças perdas bastante grandes à moralidade, principalmente feminina, já que muitas mulheres ameaçavam “desertar o lar”,

deixando de ocupar seu lugar “natural”. Estas atitudes conservadoras eram defendidas nas revistas femininas tanto por homens quanto por mulheres, ao mesmo tempo em que, paradoxalmente, as revistas traziam manifestações de mágoas femininas frente a esta cisão entre o público e o privado, onde ao homem caberia o primeiro escopo e à mulher, o segundo. Estes textos aborrecidos continham um desdém à superioridade masculina e reclamavam igualdade entre homens e mulheres, colocando as mulheres como vítimas de preconceito e condenadas ao lar e à servidão.

Ainda assim, a responsabilidade pelo colapso moral que atravessava o país era colocada sob os ombros dos homens pelas mulheres, e nos das mulheres pelos homens, num jogo de empurra-empurra. Eles queixando-se da deserção feminina do lar e elas da servidão à qual eram submetidas pelos homens. As novas e ousadas mulheres eram vistas com desconfiança pelas classes mais conservadoras da sociedade, e as campanhas em prol do retorno da mulher ao lar partiam tanto dos homens quanto das mulheres destes segmentos. Toda esta divisão era baseada na crença de uma feminilidade essencial ligada ao recôndito, ao lar, à moderação, sendo que não seria possível a feminilidade fora destes padrões.

Ainda segundo as autoras (1998), “longe de indicar um colapso do casamento, as reclamações e acusações mútuas de maridos e esposas apontavam a necessidade de remodelar o casamento para reforçá-lo como instituição social” (MALUF; MOTT, 1998, p. 384), já que este era a base do Estado e representante de uma fase superior dos relacionamentos amorosos para o qual toda mulher deveria se preparar.

Devemos pontuar que tudo aquilo que é tomado como natural e essencial tanto nos homens quanto nas mulheres tem sua base na biologia, e na sua evidência inquestionável, a

anatomia. Laqueur (2001), entretanto, nos chama a atenção para o fato de que partir do corpo humano como evidência, ou como uma realidade imutável, também tem sua história. Nem sempre o corpo humano foi representado em ilustrações da mesma forma, ou da mesma maneira como o entendemos atualmente. Assim como um mapa, as ilustrações anatômicas podem partir de um viés, dando ora mais atenção a um determinado aspecto, ora a outro.

O mesmo período é marcado (final do séc. XIX e início XX) por uma preocupação constante em delimitar os papéis femininos e masculinos, e para tanto, num período de grande poderio da ciência, era preciso dados considerados confiáveis para orientar a respeito do *quê* seria um homem e do *quê* seria uma mulher.

E é partindo destas mesmas investigações que serão naturalizadas características como a força ligada a masculinidade e a fragilidade ligada à feminilidade. Homens e mulheres estão em íntima relação com seus corpos e das funções destes corpos. Isto também vem justificar a equivalência que se estabelece entre as funções de mãe e mulher, sendo a “mãe” aqui estritamente relacionada à sua função de educar os filhos.

A princípio, praticamente todo o conteúdo da mídia no Brasil remetia a acontecimentos de fora do país, principalmente de Portugal, já que estes veículos se destinavam aos portugueses que faziam do Brasil seu local provisório de residência. Além do mais em muitos casos, os textos eram escritos por pessoas de fora do país (MARIANI, 2001).

Esta ênfase a conteúdos de fora do país também pode ser observada nas revistas femininas, já que no início, toda a seção de moda se referia à Europa, especialmente à França. Só aos poucos foram aparecendo modelos nacionais de roupa, que diziam muito mais respeito ao clima no Brasil. Segundo Mascaro (1982), praticamente todos os figurinos publicados eram

retirados de publicações estrangeiras e, além destas revistas trazerem *o quê* deveria ser usado, traziam *como* cada peça deveria ser usada da maneira mais apropriada possível, sendo feitas inclusive autocensuras nacionais quando necessárias: “ao reproduzi-las (*gravuras de figurinos estrangeiros*), temos o cuidado de escolher os modelos mais discretos e mais honestos” (REVISTA FEMININA, nº 72, 1920 apud MASCARO, 1982, p. 86).

A primeira revista feminina de grande alcance, que surge quase 60 anos depois do surgimento da primeira publicação voltada exclusivamente para mulheres, foi a Revista Feminina publicada entre os anos de 1914 e 1936, e definida por Mascaro como “veículo destinado à ilustração da mulher brasileira” (MASCARO, 1982, p. 11). Segundo Rees (1989), até o ano de 1950, ainda são fundadas outras revistas (estas de variedades, mas ainda assim tendo nas mulheres o público de maior alvo): A Cigarra em 1914, a Scena Muda em 1921, Renascença em 1923, Vamos Ler em 1936, dentre outras. Na década de quarenta surgem ainda as revistas de fotonovelas que também eram dedicadas ao público feminino.

Os títulos destas revistas femininas podem ser tomados como indícios de um funcionamento discursivo específico ligado às suas condições de produção históricas e ideológicas. Estas análises dos nomes das revistas contam de forma especial com o suporte dos apontamentos oferecidos por Alessandra Carreira e Soraya Pacífico durante o exame de qualificação para o mestrado⁷.

Atentamo-nos ao significante “Cigarra”, lembrando da fábula “A cigarra e a formiga”, conforme apontado por Alessandra Carreira. Nesta famosa fábula, enquanto a cigarra passa todo o outono cantando, a formiga se preocupa em conseguir e guardar comida para o inverno.

⁷ Informação fornecida por Alessandra Carreira e Soraya Pacífico em 2008.

Aqui podemos supor dois efeitos de sentido visados: de que a mulher, ao contrário do homem que sai de casa para trabalhar e conseguir alimento, é alguém que não se preocupa com o futuro, ou ainda, e complementando esta primeira interpretação analítica, a mulher seria um duplo, enquanto ela trabalha em casa, seria a formiga, mas no momento em que lê a revista e descansa, ela seria a cigarra. Ou seja, a modernização dos costumes deu à mulher a oportunidade do lazer, os eletrodomésticos que facilitam a vida da dona-de-casa possibilitam que a mulher tenha momentos de “cigarra” e não mais somente momentos de “formiga”.

Já no segundo título, nos chama a atenção a ambigüidade: “Scena Muda” pode ser entendida tanto como “uma cena que se altera, se modifica”, quanto como “cena sem voz” (informação verbal), sendo que ambas aqui estariam relacionas a cena da condição feminina, ainda que em posições completamente opostas. Na primeira, atuam sentidos positivos, que relacionam a mulher a possibilidades de mudanças, galgando posições sociais, se infiltrando em meios antes exclusivamente masculinos, enquanto na segunda, o efeito de sentido se relaciona a um silenciamento, um apagamento, sendo a mulher falada e não mais falante. Se algo deveria ser dito ao seu respeito, não seria ela que diria, e sim pessoas consideradas “aptas”, possivelmente homens, ou ainda especialistas, como é comum encontrar nestes periódicos.

Já o significante “Renascença” pode ser relacionado historicamente ao período posterior à “Idade das trevas”. Este período (a “Idade das trevas”) era já comumente reconhecido por algumas marcas discursivas como “ignorância”, “falta de conhecimento”, “atraso”, “imobilidade” etc. O período posterior, portanto, a Renascença, estaria relacionado a movimento, renascimento. A paráfrase “renascimento” também visa o sentido de que algo que já existia toma uma nova existência, renasce, nasce novamente para uma nova vida. A mulher,

antes confinada a ignorância e às trevas da reclusão, agora estaria renascida para uma nova vida.

E por fim, deixando ainda de lado outros nomes de periódicos femininos, a revista “Vamos Ler” faz uso do imperativo, colocando a mulher-leitora em uma posição de subordinação. Além disso, retoma um interdiscurso bastante batido da época: a necessidade de a mulher aprender a ler, se educar para poder educar seus próprios filhos, como pudemos observar anteriormente.

Já no início dos anos 50, é lançada pela editora Abril a revista de fotonovela Capricho, autodenominada “a revista da mulher moderna”, e que mais tarde, em 1985, passa a ser a “revista da gatinha”, dedicando-se ao público feminino adolescente, sendo que moda, ídolos e comportamento tomam o lugar das fotonovelas. Aqui é importante marcar que a revista é direcionada à mulher “moderna”, e não “qualquer” mulher, ou a uma mulher “antiga”. É necessário para que se consuma esta revista que exista ao menos a ânsia por esta denominação de “moderna”. Bem como “gatinha”, antecipa uma leitora mais jovem, ou que assim espera ser considerada pela revista e de maneira mais ampla pela sociedade de maneira geral.

Rees (1989) ainda supõe que a partir da década de 50, o consumo muda um pouco a cara das revistas. Em 1959, quando o país passava por períodos de grande industrialização durante o governo de JK, foi lançada a revista Manequim, que torna mais acessível às mulheres os moldes de roupas estrangeiras a serem copiadas. Essa revista é descrita como a “revista do fazer”, e não é apenas voltada à confecção de peças de uso pessoal; destinava-se também à mulher que queria ganhar algum dinheiro costurando para fora. A autora (1989) ainda aponta que o público alvo eram as mulheres casadas entre 19-29 anos, nem de classe tão abastada que não

precisassem costurar, nem de classe tão baixa que não pudessem consumir os produtos anunciados.

Em 1963, é lançada a revista *Claudia*, composta por matérias, moda, beleza, decoração, comportamento, e dedicada à mulher casada com idades entre 25-40 anos. A missão anunciada da revista era adaptar a dona de casa à vida moderna. Colocar um nome próprio como o nome de uma revista feminina pode visar um efeito de uma singularização da sua leitora. Não se trata de uma revista feita para qualquer pessoa, ou para qualquer grupo de pessoas que compartilhem uma característica específica, como “moderna” ou “gatinha”. É preciso que seja alguém bastante singular, alguém que tem um nome que lhe é próprio, insubstituível.

E finalmente, em 1973, a Editora Abril lança a *Nova*, baseada na revista americana *Cosmopolitan*, que declara abertamente os ideais de liberação sexual. Esta revista “‘aborda a mulher’ – ela é o centro de atenções – ela em relação ao seu íntimo” (REES, 1989, p. 31), sendo o maior destaque da publicação o comportamento sexual da mulher e os possíveis problemas a ele relacionados. Este nome vem relacionar tudo que havia de mais “novo” ligado a feminilidade: a descoberta da sexualidade, os “novos” lugares oferecidos e conquistados por mulheres, sua “nova” condição, fruto de inúmeras lutas e conquistas, “novos” desejos, “novas” modas e produtos de consumo, enfim, a “nova mulher” sonhada pelo feminismo, e pelas (algumas ao menos) revistas femininas.

Nota-se que, graças às consecutivas mudanças do papel da mulher, as revistas foram modificando seus conteúdos incluindo principalmente dois temas: trabalho fora do lar e sexo. Não podemos, entretanto, acreditar que as revistas traziam sempre um reflexo adequado das mudanças de seu tempo, devido às resistências a mudanças. (D’ELIA, 2004). Mas ainda assim

podemos ver a revista feminina como um discurso circunscrito a um determinado contexto histórico. Concomitantemente ao nascimento do feminismo, muitas revistas femininas ainda podiam ser consideradas tentativas de resistência à onda feminina, perpetuando valores e crenças hegemônicos no período anterior ao feminismo.

Não só devemos relacionar as diferentes revistas ao seu momento de fundação, em meio de condições de produção específicas e determinadas pela formação social (por sua vez determinada pelos modos de produção, como propõe Althusser), mas devemos também relacionar este discurso às suas condições imediatas de produção. Se algumas revistas são deliberadamente voltadas ao público mais jovem, haverá em sua materialidade lingüística algo que indície esta antecipação de sua leitora, a “gatinha” ou a “senhora”, por exemplo. Trata-se de observar a quem se endereça este discurso. A produção de sentido é intrínseca a esta posição de sujeito assumida pela revista.

D’Elia (2004) coloca em evidência as diferenças entre revistas masculinas e femininas atuais, sendo estas últimas mais homogêneas em seus conteúdos. Nelas, os relacionamentos entre o homem e a mulher são muito mais ligados à intimidade e à fidelidade do que nas revistas masculinas, onde o sexo é abordado com a conotação de ausência de envolvimento emocional com a parceira. O sexo nas revistas femininas, destarte, é um dos itens dentro de relacionamentos estáveis. E aparece muito tardiamente entre os temas das revistas, abordando assuntos como intimidade com o esposo, sem trazer a palavra “sexo”.

De acordo com D’Elia (2004), o tema do sexo, que vai aparecendo aos poucos nestas revistas femininas, é claramente ligado a questões da biologia e da medicina, temas pela ótica dos quais era abordada a educação sexual. E, com o passar do tempo, principalmente a partir da

década de 60, este conhecimento sobre o sexo passa a ser constitutivo do que é “ser mulher”, aparecendo seções que tratavam especificamente do assunto, ao lado das tradicionais seções de receitas de bolo e horóscopo. Observa-se, neste caso, que as revistas se modificavam de acordo com as mudanças sociais, ora dando suporte a estas mudanças, ora resistindo às mesmas. Alguns autores postulam ainda que estas revistas não pudessem servir como lugar de onde se parte para o entendimento do contexto:

Quanto à relação entre a imprensa feminina e seu tempo, é preciso relativizar as afirmações de que as revistas se transformam de acordo com o desenrolar da vida social ou que sofrem, em sua evolução, uma interferência estreita do contexto histórico, funcionando como termômetro dos costumes da época, onde a novidade é incorporada (BASSANEZI, 1997, p. 17 apud D’ELIA, 2004, p. 42).

Entretanto, considerando o ponto de vista da AD, não há como driblar a ideologia, mesmo as peças discursivas que tentam ignorar acontecimentos sócio-históricos, não refletindo talvez conquistas femininas no plano jurídico, por exemplo, trata-se de uma forma de se posicionar ideologicamente. Se considerarmos que as formações discursivas são aquilo que pode e deve ser dito, a interdição de determinados enunciados, ou ainda a censura consciente, está relaciona à posição de sujeito ocupada naquele momento.

Wolf (1992) apresenta as revistas femininas a partir de uma suposta cisão entre o conteúdo editorial e os conteúdos dos anúncios. É dos anúncios que as revistas femininas conseguem retirar seu lucro. Sendo assim, um conteúdo editorial que vá contra aquilo que é apresentado pelos anúncios publicitários como um remédio para todos os males é descartado. É importante que as revistas não desmistifiquem aquilo que é veiculado pela publicidade. As revistas femininas podem ser consideradas um produto que tenta vender outros produtos.

Estes produtos que as revistas tentam vender passaram de domésticos (como eletrodomésticos, materiais de limpeza etc) para produtos relacionados à beleza a partir do final da segunda guerra mundial, período em que as mulheres que haviam saído de casa para trabalhar e, reagindo à ausência de seus esposos resolvem que não querem voltar à servidão do lar. A princípio isto causou um certo desequilíbrio nessas publicações. Um ano após o término da segunda guerra podíamos observar o engajamento das revistas femininas em arrebataram novamente as mulheres e entorná-las novamente ao lar e à domesticidade. Sendo assim, segundo Wolf (1992, p. 83):

(...) editores de revistas femininas – e cada vez mais, da imprensa em geral – precisam estar alerta para os papéis sociais exigidos das mulheres de forma a servir aos interesses daqueles que anunciam em suas publicações. As revistas femininas há mais de um século vêm sendo uma das forças mais atuantes no sentido de alterar os papéis das mulheres, e durante todo esse período – hoje mais do que nunca – elas sempre emprestaram charme a aquilo que o sistema econômico, seus anunciantes e, durante a guerra, o governo precisavam naquele momento obter das mulheres.

Não são somente as revistas que modificam as mulheres, mas se trata de uma via de mão dupla, onde as mudanças dos papéis femininos modificam o conteúdo editorial. Podemos observar que os movimentos feministas ou mesmo a compra de revista podem influenciar aquilo que os anunciantes pretendem vender às suas consumidoras.

Wolf (1992) trata da substituição da Mística Feminina pelo Mito da Beleza. A primeira estaria relacionada à obra de Betty Friedan (*A Mística Feminina*, de 1963) onde a autora critica o modelo da imprensa feminina que se aproveitaria da consumidora “dona-de-casa insegura, entediada, isolada e inquieta” (WOLF, 1992, p. 86) para se beneficiar financeiramente. As mulheres quando saem para o mundo do trabalho atrapalham esta lógica do funcionamento consumista e forçam os editores e anunciantes a conceber uma forma diferente de apelar ao

consumo. Com a saída para o mundo do trabalho, seria necessário então “uma neurose portátil que a mulher pudesse carregar consigo para dentro do escritório. Parafraseando Friedan, por que nunca se diz que a função realmente crucial que as mulheres cumprem por desejarem ser lindas é a de *comprar mais produtos para o corpo?*” (WOLF, 1992, p. 86).

O mito da beleza, mais do que estar relacionado à aparência da mulher, se relaciona ao seu comportamento, e ainda poderíamos dizer, mais especificamente ao seu comportamento como consumidora. Não se trata de termos mulheres mais bonitas e sim de termos mulheres que comprem mais produtos.

Assim, após a segunda onda feminista, o mercado de consumidoras que ficavam restritas ao lar e às tarefas domésticas se torna insustentável. É o início da era do Mito da Beleza, com o propósito de salvar os anunciantes e as revistas do colapso causado pelo fim da Mística Feminina. De acordo com Wolf (1992, p. 13):

Feministas, inspiradas por Friedan, destruíram o monopólio dos anunciantes de produtos para o lar na imprensa popular feminina. De imediato, as indústrias de dieta e dos cosméticos passaram a ser os novos censores culturais do espaço intelectual das mulheres. Em consequência das pressões, a modelo jovem e esquelética tomou o lugar da feliz dona-de-casa como parâmetro da feminilidade bem-sucedida. A revolução sexual propiciou a descoberta de sexualidade. A ‘pornografia da beleza’ – que pela primeira vez na história da mulher liga uma beleza produzida de forma indireta e explícita à sexualidade – está em toda parte, minando o sentido recém-adquirido e vulnerável do amor-próprio sexual. Os direitos do controle de reprodução deram à mulher ocidental o domínio sobre seu próprio corpo.

As questões relacionadas ao corpo feminino têm ainda mais ênfase após a década de 60, com suas revoluções na moda e a queda da alta costura. Se antes as revistas podiam expor manequins femininos com as roupas da última moda (da Europa), agora precisariam de outro objeto a ser trabalhado. Sendo assim “a mística feminina evaporou: *tudo que restava era o corpo*” (WOLF, 1992, p. 88).

Este foco no corpo atualmente justifica o fato de o maior número de anúncios publicitários encontrados em revistas femininas estarem relacionados a produtos de beleza como cremes, maquiagem etc. A autora (1992) fala de uma transferência da culpa da casa suja para o corpo feio.

De modo geral, podemos afirmar que os sentidos constituídos por estas revistas se derivam da formação discursiva à qual estão filiadas. Neste sentido, estes diferentes posicionamentos das revistas femininas podem ser considerados “regionalizações do interdiscurso, configurações específicas dos discursos em suas relações” (ORLANDI, 2001, p. 43). Sabemos que as formações discursivas possuem um caráter heterogêneo, o que as mantém em constante movimento, reconfigurando-se a todo o momento.

Há por trás de toda a boa vontade de orientar mulheres e famílias, “todas estas lições de amor e sexo” (COSTA, 1989, p. 17), uma motivação maior, ideológica. As mudanças de posicionamentos das revistas estão relacionadas, em última instância, às modificações na formação social que regem a produção de sentidos, autorizando que alguns enunciados possam ser produzidos e banindo outros. Assim, é interessante notar a migração da matriz de sentido de biologia para as teorias de gênero. O abandono da biologia indicia não somente uma “evolução científica” como pode ser clamada, mas sim a modificação de “interesses” da ideologia hegemônica. Coloco aqui “interesses” entre aspas para destacar seu caráter não intencional ou conteudista. A ideologia é uma prática significativa, como foi observado anteriormente.

Capítulo V

FREUD PERGUNTA E AS REVISTAS FEMININAS RESPONDEM!

Análise

*“Nem tudo que reluz é ouro”
(Provérbio popular)*

O corpus⁸ foi composto por revistas femininas publicadas no Brasil entre os anos de 1917 e 2007. Não pretendemos esgotar todas as análises possíveis, ou todo o material. A partir deste corpus, foram efetuados recortes que seguiram os objetivos propostos pelo trabalho e os princípios teórico-metodológicos da AD. Os dados são entendidos aqui, conforme Tfouni (2004, p. 68) como elementos indiciários de um modo de funcionamento discursivo específico.

A eleição deste tipo de material para análise discursiva se baseou na possibilidade que nele encontrássemos funcionamentos discursivos abalizados pela história e pela memória. Segundo Swain (2001, p. 68),

seja no rumor das conversas que fundamentam o senso comum, na literatura, no discurso científico, ou em tudo que é impresso ou falado, podemos encontrar representações sociais que instituem o mundo em suas clivagens valorativas, nos recortes significativos que definem as categorias de percepção, análise e definição do social.

Sendo assim, acreditamos que as revistas femininas, assim como os textos feministas acadêmicos, sejam lugares privilegiados de observação do funcionamento discursivo das formações imaginárias sobre as mulheres, “a mulher” e o feminino.

Ainda segundo Swain (2001, p. 69), citando Maingueneau (1989, p. 113)

⁸ Valemo-nos da noção de *corpus* de Patrick Charaudeau e Dominique Maingueneau (2004, p. 137), “No vocabulário científico, **corpus** designa uma extensa e, por vezes, exaustiva coletânea de documentos ou de dados: *corpus* de textos jurídicos, *corpus* das inscrições em hitita, *corpus* dos vasos atenienses com figuras de atletas, etc.”. Definição que em Lingüística e outras disciplinas científicas, ainda segundo os autores (2004, p. 137), é dada como “conjunto de dados que servem de base para a descrição e a análise de um fenômeno”.

De fato, as representações sociais, estudadas em um tempo e local determinados sobre um *corpus* específico, são também reatualizações de imagens que permanecem alojadas nos nichos do interdiscurso, “(...) processo de reconfiguração incessante no qual uma formação discursiva é levada (...) a incorporar elementos pré-construídos, produzidos fora dela, com eles provocando sua redefinição e redirecionamento (...)” (MAINGUENEAU, 1989:113).

Foram efetuados recortes⁹ nos conteúdos das revistas femininas publicadas no Brasil (entre os anos de 1917 e 2007). Entre as revistas escolhidas para se efetuarem os recortes, estão Revista Feminina, Jornal das Môças, Jóia, Capricho, Claudia, Marie Claire e Nova. Estas revistas foram consultadas no Arquivo do Estado de São Paulo ou foram encontradas em lojas especializadas (sebos) e bancas de revistas.

Estes recortes foram analisados qualitativamente segundo o referencial teórico-metodológico da AD.

Se, como pudemos observar, “o trabalho próprio da psicanálise deve consistir, não em descrever o que é a mulher – tarefa insolúvel – mas sim em pesquisar como a menina se *torna* uma mulher” (ANDRÉ, 1998, p. 190-191, grifo do autor), a tarefa à qual se propõe a revista feminina é distinta. Trata-se de descrever o que é uma mulher seja por aquilo que ela consome (compra) ou pela sua conduta (comportamentos).

Primeiramente, é de suma importância deixar claro que as seguintes análises não têm como objetivo verificar a “veracidade” dos conteúdos dos recortes, mas sim, analisar as formas como eles são produzidos e funcionam.

Sabemos que os AIE não são homogêneos, e sim abrigam contradições. Nas revistas femininas nos deparamos com a mesma questão. Não há um consenso que localiza as revistas

⁹ “O recorte é uma unidade discursiva. Por unidade discursiva entendemos fragmentos correlacionados de linguagem-e-situação. Assim, um recorte é um fragmento de uma situação discursiva. (...) Pretendemos que a idéia de recorte remeta à polissemia e não à informação” (Orlandi, 1984, p. 14 apud Mariani, 1998, p. 240).

femininas em uma determinada FD. Especialmente após a segunda onda feminista, as revistas se tornaram palcos de continuidade e descontinuidade devido à transformação das relações de produção.

É interessante notar que a denominação de uma revista como feminina já parte de uma interpelação da sua leitora, “você, mulher”. O vocativo provoca um reconhecimento imediato e a ocupação de um lugar por parte do sujeito. A ideologia e a interpelação do indivíduo em sujeito são a mesma coisa. Há aí uma evidência, a da existência de mulheres.

Atualmente, as revistas femininas, na grande maioria de seu conteúdo editorial, trazem assuntos que se relacionam a beleza, saúde e relacionamentos, sendo que de várias maneiras tentam imbricar os três temas. Como ser saudável e conseqüentemente bonita. Como ser bonita e arrumar um parceiro. Como ter uma vida sexual saudável com seu parceiro. E assim por diante. Swain (2001, p. 69) propõe que

O feminino aparece reduzido a sua expressão mais simples e simplória: consumidoras, fazendo funcionar poderosos setores industriais ligados às suas características “naturais”: domesticidade (eletrodomésticos, produtos de limpeza, móveis), sedução (moda, cosméticos, o mercado do sexo, do romance, do amor) e reprodução (produtos para maternidade/ crianças em todos os registros, da vestimenta/ alimentação aos brinquedos).

Os eletrodomésticos, antes abundantemente presentes nas revistas femininas, especialmente na parte publicitária, atualmente têm perdido o lugar para carros, bancos, produtos eletrônicos (como celular) com a saída definitiva da mulher de casa para o mundo do trabalho. Se antes as mulheres eram vistas pelos anunciantes como passíveis de comprarem produtos eletrodomésticos para suas casas, hoje são vistas como possíveis consumidoras de outros serviços.

De acordo com Haroche (1992) tratar uma classe como objeto possibilita em primeiro lugar que se dê visibilidade a esta classe. A maior visibilidade, por sua vez, torna possível o controle da classe, exercido por meio da prescrição de comportamentos desejáveis.

Esta prescrição muitas vezes segue os modelos de discursos persuasivos (amplamente utilizados na política e publicidade). De acordo com Sercovich (1977), os teóricos da escola de Chicago que se debruçaram sobre o estudo do que chamaram de linguagem persuasiva afirmam que “el factor predominante era la intención del emisor de influir sobre el receptor” (SERCOVICH, 1977, p. 61). Acrescenta ainda que são considerados persuasivos aqueles discursos que “se suponen vinculados com la modificación de las representaciones y las conductas de sus destinatarios, que ‘influyen’ sobre su acción social” (SERCOVICH, 1977, p. 62).

Nas revistas femininas estes discursos persuasivos chegam a aparecer como uma ordem, como, por exemplo, o enunciado “Prepare-se para o Carnaval!: 34 truques das celebridades para ficar com o corpo nota 10”. Aqui encontramos um imperativo normalmente usado em palavras de ordem, que de acordo com Reboul (1975, p. 34) são precisas e pouco passionais, “puro imperativo ou puro optativo, não pretende convencer, mas dirigir pessoas já convencidas para um certo objetivo”. Sendo assim, não irão se preparar para o Carnaval aqueles que não já têm este objetivo.

Entretanto o enunciado “Prepare-se para o Carnaval!” retoma efeitos de sentidos de discursos anteriores que relacionam o Carnaval ao corpo belo e moldado. Para que se alcance este fim, é preciso preparar-se, malhar, usar produtos de beleza, enfim, consumir produtos anunciados pela revista.

Há ainda algo que chama bastante a atenção, o uso de “nota 10”. Aqui não podemos deixar de relacionar esta expressão ao rendimento escolar exemplar. Há um interdiscurso ligado a atribuição de um juízo de valor relacionado ao próprio desempenho do sujeito. A nota escolar tem como finalidade julgar o desempenho do aluno, colocando-o muitas vezes em um ranking onde o aluno com nota 10 é superior a todos os outros. Neste enunciado, a responsabilidade do “aluno” é deslizada para uma responsabilidade do “corpo”. Aqui não é mais um sujeito que é julgado conforme seu desempenho, mas sim um corpo conforme suas configurações.

Além disso, o significante “truque” vem causar um efeito que pode ser relacionado à “mágica”/“magia”. Conforme apontado por Leda Tfouni, durante a qualificação, caso a mulher não seja uma iniciada, ou seja, caso não leia a revista, ela nunca poderá saber quais truques são. Além do mais, uma talvez não seja realmente preciso ter um corpo bonito, ou nota 10, pode ser que haja alguma maneira, algum truque, uma espécie de “ilusão de óptica” que cause este efeito, assim como temos a impressão que o corpo deitado pelo mágico foi cortado ao meio pelo serrote.

Sercovich (1977) ainda discute como qualidade do “carisma” possibilita estes discursos persuasivos, sendo um complemento da persuasão cujo funcionamento se aproxima ao do sintoma, pois ambos (sintoma e discurso persuasivo) camuflam suas condições de produção se apresentando como a realidade. Podemos relacionar as revistas femininas, que muitas vezes se intitulam “amigas” das leitoras, a este caráter carismático que o discurso persuasivo pode adquirir.

Este tipo de discurso persuasivo, ainda de acordo com Sercovich (1977), não se refere à relação entre o falante e o receptor, mas sim a “relaciones entre ciertos campos semánticos y

ciertas representaciones subjetivas” (SERCOVICH, 1977, p. 63). Sendo que estas representações são efeitos de discursos anteriores.

Recortamos o seguinte *slogan* para análise:

NOVA: a revista da mulher que quer mais.

Este recorte foi retirado do site da Editora Abril, editora responsável pela publicação da revista NOVA, na sessão de assinaturas. Trata-se, portanto, de um *slogan* que tem a finalidade de recrutar assinantes (leitoras) por meio de um apelo especificamente direcionado às potenciais assinantes que circulam pelo site. Desta forma, seria uma espécie de interpelação, no sentido de intimar qualquer um que se identifique ao que é oferecido.

A análise sintática mais que mostrar a organização do enunciado pode nos levar a compreensão da ordem do discurso. Nas palavras de Orlandi (1996, p. 46):

Na análise, não é a relação entre, por exemplo, sujeito e predicado (SN e SV) que é relevante, mas o que essa organização sintática pode nos fazer compreender dos mecanismos de produção de sentidos (lingüístico-históricos) que aí estão funcionando em termos da ordem significante.

Partindo da análise sintática do recorte, portanto, podemos observar que o “que” pode retomar tanto “mulher” quanto “revista”. Nesta ambigüidade não fica claro quem quer mais (a mulher ou a revista?). Além disso, o verbo querer, normalmente usado como verbo transitivo e seguido de objeto direto, aqui é utilizado como um verbo intransitivo sendo que o “mais” aí seria um modulador (de intensidade) do verbo. Se por outro lado, consideramos o “mais” como um substantivo (portanto como um objeto direto que segue o verbo transitivo direto querer), modificamos a análise morfológica.

Bethania Mariani¹⁰ em visita a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto para o Seminário da Pós-Graduação pôde debater este trabalho. Na ocasião, nos chamou a atenção à equivocidade que uma análise morfossintática pode gerar neste sentido.

A despeito de todo o trabalho da gramática, que pleiteia a desambigüização e a determinação, algo escapa. De acordo com Milner (1992, p. 14):

A injunção a dizer, feita ao sujeito, não está desligada de seu silenciamento. Esta injunção que o torna responsável por seu propósito, que o inscreve inteiramente, sem distanciamento possível, nesta prática de um dizer exaustivo para aí o (de)ter, aí (re)ter, procura assim rejeitar para a inexistência, ou para a ambigüidade, de um não-dito, o que – omissão, restrição, reticência, reserva – abre sobre um espaço precário, irredutivelmente individual, ameaçante para as instituições. Espaço do incerto, da falta, do alusivo.

Reboul (1975, p. 13) qualifica como *slogan* o enunciado que “comporta não apenas uma indicação, um conselho ou uma norma, mas uma pressão”. Assim, o impacto causado e os efeitos de sentido que se seguem fazem de um enunciado um *slogan*.

Este *slogan* só poderia funcionar no caso de atender às necessidades das possíveis leitoras, mas para funcionarem devem também se servir destes destinatários. Estas necessidades visadas pelo *slogan* não são singulares de um sujeito, mas sim de massa. “O indivíduo é interpelado não como Pedro ou Paulo, mas como automobilista, eleitor, dona de casa, adolescente, etc.” (REBOUL, 1975, p. 56). No caso, a revista interpela os sujeitos como “mulheres que querem mais”, criando desta forma uma classe específica à qual o sujeito se filia ou não quando assina ou compra a revista.

O poder do *slogan* é dado pela sua capacidade de satisfazer as necessidades. De acordo com Reboul (1975, p. 60)

¹⁰ Informação pessoal fornecida por Bethania Mariani em Ribeirão Preto, em 2007.

(...) o *slogan formula* uma necessidade coletiva; proporcionando uma resposta simples à expectativa das massas, à sua fome, à sua cólera, à sua ansiedade ele causa-lhes a impressão de saber enfim o que elas querem permitindo canalizar suas energias. (...) Ele *concilia* necessidades opostas entre si ou hábitos opostos a uma situação nova. O *slogan promete*. Satisfaz em esperança necessidades que atija pela própria promessa.

A necessidade “querer mais” é satisfeita pela própria revista, que seria o próprio “mais”. Se você quer mais (e deve querer) basta comprar a revista. Assim, deixa-se uma anterioridade e se adentra em algo novo, sendo o novo já invocado pelo nome da revista (NOVA). A passagem de estado anterior de *menos* para um posterior de *mais*.

Aqui também podemos supor que haveria uma expectativa de que finalmente fosse satisfeita a necessidade que desde há muito está em descompasso com a demanda e o desejo. Há sempre um “a mais” que não consegue ser satisfeito. É precisamente este “além”, “a mais” que seria aqui mobilizado, impulsionando a uma ação que visa preenchê-lo. Diante da impossibilidade deste preenchimento, encontraríamos somente o gozo.

Quando tratamos um enunciado, não podemos deixar de pensar o discurso tanto como estrutura quanto como acontecimento. E isso se relaciona com a tensão constante entre descrição e interpretação que encontramos no trabalho de análise (cf. PÊCHEUX, 2002).

Ao tratarmos o enunciado como um acontecimento, pode-se contextualizá-lo a partir do feminismo e do *boom* da imprensa feminina. Uma nova onda de lutas femininas começa a irromper na metade do século XX. Esta segunda onda feminista se diferencia da primeira por diversos motivos: desde as novas tecnologias reprodutivas que libertavam a mulher e seu corpo (logo da maternidade, e da identificação da mulher à figura da mãe) até os novos postos de trabalho que eram oferecidos após a segunda guerra mundial, com o avanço da tecnologia industrial (que libertavam a mulher da identificação ao papel exclusivo de dona-de-casa).

O acontecimento liga, portanto, a mulher a uma nova relação que ela possui com seu corpo. Novas e mais sensuais formas são dadas às vestimentas, dando origem a indústria da moda em larga escala. Além disso, o trabalho fora de casa exige preparação profissional, e por isso se relaciona à educação. A mulher deve estudar para conseguir um emprego melhor, melhorando a qualidade de vida de toda a família.

Ainda no início da segunda metade da década de 1950, a família é tida como uma célula básica a todo o arranjo social. Com o passar dos anos isto vem se modificando de forma que atualmente as revistas femininas cada vez mais trazem conteúdos que tratam da mulher solteira que busca um parceiro sexual com o qual pode ou não ter filhos. Na discussão sobre a parceria (pouco se fala de casamento) o que realmente interessa não são os filhos, mas a liberdade que a mulher deve preservar e a contenção do ciúme, além da vida sexualmente ativa saudável.

A busca por “mais” é refletida em sentidos transparentes de lutas verdadeiras de mulheres nesta época. Existem cifras verídicas a respeito do crescimento do número de mulheres no mercado de trabalho, estudos científicos respeitados sobre os graus de prazer sexual da mulher e sua relação com seu bem estar e sucesso, enfim, verdades cientificamente estudadas e contabilizadas sobre a mulher. Toda esta transparência tende a colocar a mulher como alguém que cresceu e que ainda pode crescer “mais”, com a ajuda desta “amiga”, a revista NOVA.

A autodenominação das revistas como amigas vem romper as barreiras entre o público e o privado. A uma “amiga” é dado o livre trânsito, ela pode facilmente entrar na intimidade da casa, da relação da mulher com seu esposo, companheiro, e em especial, da relação da mulher com seu próprio corpo, seus desejo e gozo.

Retomando o interdiscurso que dá origem a discursos sobre a mulher num universo onde o que importa é a mulher e sua feminilidade, o “mais” é deslocado, portanto, do campo do feminismo onde “mais” poderia ser desdobrado em “mais direitos” para o “mais” que poderia equivaler a “mais um produto de consumo”, desde produtos de beleza, dietas, dicas de saúde, sexo etc.

Como pudemos observar na sessão sobre os genéricos discursivos, todo enunciado pode vir a ser outro. Tomando este enunciado como um acontecimento, não podemos simplesmente importar os sentidos que ele teria num contexto de revolução sexual da década de 60. Devemos levar em conta quais são os pontos de deriva, quais sentidos são deslocados e quais novos efeitos de sentido surgem nesta repetição.

Nas revistas femininas, corpo editorial e publicidade se confundem e muitas vezes se contradizem. Os paradoxos não podem ser escancarados, uma vez que negando a publicidade com promessas de uma vida melhor por meio da aquisição dos produtos, as revistas perderiam quase todo seu capital e iriam à falência.

O “querer” nestas revistas se relaciona de maneira estreita ao consumo. Na edição especial da VEJA MULHER, um suplemento (e não um complemento!) que acompanha a revista VEJA (que por consequência e oposição – aqui novamente recorrendo ao conceito de valor do signo – deveríamos considerar como do VEJA HOMEM?), encontramos uma “reportagem” intitulada “O que as mulheres querem” que traz x produtos que seriam objetos cobiçados pelas mulheres. Os preços dos objetos mostrados variam entre x e y reais. Isto evidencia uma classe de mulheres de poder aquisitivo muito superior a média da população. Este tipo de

“reportagem” nos leva a perguntar o que são as mulheres para estas revistas, já que não é qualquer ser humano com órgãos genitais femininos que tem acesso a este tipo de produto.

Como pudemos ver anteriormente, as revistas voltadas ao público feminino se caracterizam pelo seu conteúdo bastante homogêneo em comparação com outras revistas, que por oposição seriam masculinas. A VEJA MULHER trata basicamente de assunto relacionado a beleza, saúde ou produtos de consumo, enquanto sabemos que a VEJA (homem?) trata dos mais diversos assuntos. A separação entre duas revistas distintas uma regular e outra MULHER indicia já uma oposição binária:

Essas imagens do feminino ancoradas na memória discursiva se incorporam às representações de mulheres atuais, transformadas, mas guardando as nuances que fazem das práticas sociais um espaço binário assimétrico, cujas polarizações reforçam e justificam a divisão *generizada* do mundo. Ao feminino, o mundo do sentimento, da intuição, da domesticidade, da inaptidão, do particular; ao masculino, a racionalidade, a praticidade, a gerência do universo e do universal.
(SWAIN, 2001, p.69).

Existiria no projeto da revista feminina uma tentativa de inventar uma classe de mulheres, dando-lhes traços próprios e desejáveis como o consumo de produtos caros?

O enunciado (NOVA: a revista da mulher que quer mais) pela sua elipse (falta um predicado: quem quer, quer alguma coisa, sendo que o verbo querer usualmente é seguido de um substantivo) tem sua materialidade discursiva bastante particular. Elipses, ambigüidades e outros recursos discursivos são bastante utilizados pela publicidade pelo caráter de heterogeneidade de um enunciado desta natureza. Qualquer que seja a qualidade ou objeto ou qualquer outra coisa que alguma mulher queira mais pode ser acrescentada ao final do enunciado:

NOVA: a revista da mulher que quer mais... (beleza, saúde, direito, sexo, respeito, enfim, qualquer coisa).

O “mais” aponta a uma insatisfação inerente dessa mulher. Neste trabalho, é impossível não relacionar esta insatisfação inerente à posição histórica. Retomamos aqui, há uma diferença fundamental entre as posições históricas e a feminina: enquanto a histórica se caracteriza pela sua insatisfação e pela busca, mesclada com a repulsa, de ocupar o lugar de objeto do desejo, a mulher é não-toda, o objeto causa do desejo, é aquilo que a histórica quer (ao mesmo tempo em que não quer) ser.

Segundo Reboul (1975, p. 22), “o *slogan* incompleto não é menos ‘*slogan*’ do que o outro. Num sentido é mais interessante, porque é mais livre, revela melhor a variedade e os recursos lingüísticos, a criatividade do *slogan*.”. O que importa é que ele conserve seu impacto. A publicidade deveria criar necessidades para depois propor-lhes uma satisfação.

Entretanto, no *slogan* a necessidade não está bem circunscrita. “Mais” pode ser tomado nos mais diversos sentidos por ser um modulador do quanto se quer. Segundo Reboul (1975, p. 57) esta seria uma das funções do *slogan*: “formular brevemente uma necessidade que as massas percebem de modo confuso a fim de orientá-la para uma ação precisa”.

Os *slogans* tendem a jogar com os vários sentidos das palavras. O emprego do significante “mais”, desta forma, é bastante vantajoso pelo caráter polissêmico que assume no enunciado. Possibilita que o sujeito a faça deslizar da maneira que achar mais conveniente.

Se mais o quê não é dito, segundo Reboul (1975, p. 88) “é o próprio destinatário que se encarrega do não-dito; é ele que diz para si mesmo o que o *slogan* se limita a sugerir”. E dada à

amplitude infinita de projeções possíveis não podemos supor de quais formas seria preenchida esta lacuna.

Sendo assim, podemos supor que a publicidade não cria as necessidades, apenas transfere necessidades que já existem para aquelas de seu interesse. A necessidade por “mais” não aparece ineditamente neste *slogan*, ela está inscrita em discursos anteriores e podemos até afirmar que é parte constitutiva do sujeito.

O sujeito da psicanálise é marcado pela falta. É a falta que instaura o desejo, que por sua vez mantém o sujeito na busca constante da satisfação (que nunca será totalmente alcançada). Isto porque, como já observamos, o desejo se relaciona à negativização do falo no simbólico, tanto para homens (ameaça de castração) quanto para mulheres (privação).

Lacan (1985, p. 106) aponta que “o que o discurso analítico faz surgir, é justamente a idéia de que esse sentido é aparência”.

De acordo com Reboul (1975) haveria a transferência da necessidade real, usualmente relacionada a pulsões como agressividade, erotismo, fome, etc. para necessidades específicas, no caso, produtos de consumo.

Assim, abre-se um campo imenso de possibilidade que mexem com o desejo da mulher-leitora que se sente impelida a comprar a revista.

Será que todas as mulheres querem mais? Partindo da Psicanálise a questão da feminilidade se justapõe à histeria. Há algo na histeria que a caracteriza de maneira particular, a insatisfação. Quem quer mais só poderia ser um sujeito que não está completamente satisfeito.

Por meio dos genéricos, instrumentos exteriores à subjetividade, é possível que se torne visível uma classe, a das mulheres que querem mais. Mesmo o feminismo, por meio de práticas

discursivas afirmativas, quer tornar visível uma classe que segundo as feministas havia sido subjugada ao homem (que por oposição seria uma outra classe).

Encontramos aqui também uma importante contribuição de Saussure, no que diz respeito ao valor do signo. “Uma mulher não é um homem”. Este enunciado poderia ser tomado como evidente e transparente, mas funcionam aí mecanismos ideológicos. A aparente evidência esconde uma história de determinação de sentidos sobre a sexualidade e as relações de poder embutidas e demarcadas pela divisão sexual entre homens e mulheres.

Partindo da desnaturalização da evidência do enunciado “uma mulher não é um homem”, podemos dizer que não se trata somente de uma escolha lexical, uma questão somente relacionada à língua. Trata-se da inscrição da história na língua e de questões ideológicas que envolvem sentidos sobre o que é ser homem e o que é ser mulher. Além disso, o enunciado “uma mulher não é um homem” inscrito em um contexto sócio-histórico abre-se para diferentes interpretações, como por exemplo, a de que “uma mulher não tem a mesma capacidade (física e intelectual) que um homem”.

Um dos motivos apontados por Haroche (1992) para esta tentativa de tornar visível uma classe é o controle e manipulação desta classe por uma outra. Por meio da gramática, com sua exigência de clareza e transparência, se torna visível alguma coisa interior, uma qualidade que não pode ser vista simplesmente, mas deve ser elucidada pelo discurso. Não há motivos que podem levar uma pessoa qualquer a supor que alguma mulher queira mais. Esta atribuição é clareada pela gramática. Sobre esta determinação Haroche (1992, p. 22) diz:

Funcionamentos intrínsecos da língua e exigências manifestadas pelo poder se articulam de forma complexa no projeto de determinação. O próprio conceito de determinação, que recobre a questão do sujeito e do sentido, se remete a uma ideologia da transparência, responde igualmente à exigência específica

do discernível, própria a qualquer língua. Os mecanismos de individualização se inscrevem assim no postulado geral que subentende toda a gramática: a exigência de clareza, de desambigüização, de determinação, de perfeita legibilidade.

Assim, uma mulher que venha a comprar uma revista nova, não está somente levando para casa uma revista e sim uma qualidade de si mesma.

Desta forma, o caráter isolante da visibilidade e da legibilidade tem como função a determinação do sujeito, o que Haroche chama de individualização e identificação (HAROCHE, 1992).

De acordo com Pêcheux (1995), não se pode falar de classe dominante anterior à luta de classes, como um essencialismo. Somente através da instalação dos aparelhos ideológicos do Estado é que a ideologia é realizada e se torna dominante. Isto funciona de maneira muito próxima à retroação como Lacan a propõe. É inegável que exista uma classe sociológica (um grupo de pessoas) específica que chamamos de “mulheres”, mas achar que esta classe sempre existiu de maneira óbvia demonstra o bem sucedido trabalho de naturalização de sentidos.

Freud dirá que ao encontrarmos outra pessoa, a primeira coisa que constatamos é que se trata de um homem ou uma mulher. A evidência passa, portanto, pelos traços visíveis. Entretanto, é o próprio estereótipo que “produit des effects flagrants de perception sélective” (AMOSSY; PIERROT, 2005, p. 38).

Ainda, de acordo com Amossy e Pierrot (2005, p. 38), “(...) en stéréotypant les membres d’un groupe, on rapporte à une essence immuable des traits qui dérivent en fait de leur status social ou des rôles sociaux qui leur sont conférés”. Assim, a inferioridade social da mulher pode ser interpretada como uma característica própria do grupo das mulheres. A feminilidade assim é definida a partir das divisões dos papéis sociais entre os sexos, determinando, assim, a forma de

dizer e fazer de cada sujeito que se filia ao grupo maior. Esta feminilidade não possuiria nada natural ou inerente.

Segundo Amossy e Pierrot (2005), uma característica própria do estereótipo é que ele segue muitas vezes um círculo vicioso: a menina deve ser educada para seguir seu destino, ser mulher, seguindo o ideal de feminilidade. Podemos observar este tipo de círculo vicioso no seguinte recorde, que também foi analisado na minha monografia (CHIARETTI, 2006).

Evangelho das mães.

As mães não devem esquecer que:

- a educação dos homens deve ser diferente da das mulheres. Aos primeiros agrada e convém a multidão, a variedade, a rudeza de numerosos companheiros, imagem do mundo em que haverão de viver. Às segundas convém o retiro, a ordem da casa, imagem de sua vindoura vida.” (JORNAL DAS MÔÇAS, 1944, p.16).

Conforme Tfouni (2004, p. 80), a função dos genéricos discursivos é “transportar sistemas de valores e crenças, de cultura para cultura, de geração para geração. A aparente descontextualização é enganosa, visto que eles se prestam ao uso em inúmeros contextos”. Assim, a criação de meninas de modo diferente à criação de meninos aparece como uma verdade inquestionável por conta da diferença considerada específica e natural de cada sexo.

Observamos que o estereótipo é passado de geração a geração, por meio de discursos que tendem a normatizar o comportamento das mulheres passando-se por comportamentos naturais de seu sexo. Entretanto, ao contrário do que é muitas vezes pregado por revistas, os estereótipos são mais provavelmente frutos de tensões sociais que de características da personalidade de um grupo específico. De acordo com Amossy e Pierrot (2005), ele pode aparecer como um instrumento que tenta legitimar a dominação de um grupo por outro,

especialmente nos casos de estereótipos depreciativos, que tentam manter relações de submissão de um grupo a outro.

Considerar que toda menina deve ser criada de uma determinada maneira e todo menino de outra é produzir um efeito de generalização, de universalização e complementação. Cria-se uma norma da qual ninguém escapa, uma vez que só haveria dois grupos aos quais se filiar, o das meninas ou o dos meninos. Esta separação seguiria a evidência do traço biológico.

Neste recorte (o Evangelho das mães) podemos observar a veiculação de uma norma identificadora, a este respeito Pêcheux (1995, p. 159-160) escreve “(...) é a ideologia que, através do ‘hábito’ e do ‘uso’, está designando, ao mesmo tempo, *o que é* e *o que deve ser*, e isso, às vezes por meio de ‘desvios’ linguisticamente marcados entre a constatação e a norma (...)”.

O uso do significante “evangelho” marca, por fazer referência a um texto divino, uma verdade absoluta a ser seguida à risca, com o perigo de possíveis punições caso contrário. Isto agrega um valor de autoridade ao discurso. As revistas freqüentemente recorrem a regiões do discurso caracterizadas por verdades. Se antes o discurso religioso recheava as revistas de verdades absolutas e irrevogáveis, atualmente é a vez da ciência que com seus avanços bombardeiam as leitoras de saberes práticos a serem seguidos.

Se a coerção é um recurso já bastante conhecido pelo discurso religioso, a apropriação deste tipo de discurso pela revista feminina visa efeitos específicos sobre seus leitores. Trata-se de um acontecimento discursivo, pois trabalha na tensão entre paráfrase e polissemia, ou seja, entre um retorno a um mesmo espaço dizível e uma ruptura.

Além disso, o final do século XIX e início do século XX é marcado por uma enorme obsessão em determinar quais seriam os papéis sociais adequados para homens e mulheres. A mãe, proclamada formalmente como educadora dos filhos, deveria se munir de todos os artefatos para cumprir seu papel da melhor forma possível. Entretanto, segundo Costa (1989), não eram consideradas capazes a priori, elas deveriam ser orientadas por especialistas.

Perante os novos técnicos em amor familiar, os pais, via de regra, continuam sendo vistos como ignorantes, quando não 'doentes'. Há sempre um 'a mais' a corrigir, um 'a menos' a tratar. Amar e cuidar dos filhos tornou-se um trabalho sobrehumano, mais precisamente, 'científico'. Na família burguesa os pais jamais estão seguros do que sentem ou fazer com suas crianças. Nunca sabem se estão agindo certo ou errado. Os especialistas estão sempre ao lado, revelando os excessos e deficiências do amor paterno e materno. (...) a norma familiar produzida pela ordem médica solicita de forma constante a presença de intervenções disciplinares por parte dos agentes de normalização (COSTA, 1989, p. 15).

É nessa "orientação" que entra em cena as revistas femininas com suas opiniões de especialistas nos mais diversos assuntos. Atuam aqui como mediadores (ORLANDI, 1989), na medida em que "essas vozes representam em lugares sociais e fixação dos sentidos e desempenham um papel decisivo na institucionalização da linguagem: a produção do *sedimento de unicidade do sentido*" (ORLANDI, 1989, p. 44).

Segundo Authier-Revuz (1985), a vulgarização do discurso científico seria uma reformulação de um discurso que se presta a um contexto específico, no caso o acadêmico, e a retomada dele, de forma vulgarizada, mastigada, acessível a um público visado. Assim, graças ao endereçamento a um sujeito específico modifica o discurso anterior (o discurso científico). Além disso, este tipo de discurso supõe uma formação ternária: EU digo isso que ELES dizem para VOCÊS. Trata-se, neste caso, de um fio de discurso heterogêneo.

Podemos supor também que os aspectos destacados dos estudos científicos que são vulgarizados nos discursos das revistas femininas seriam os mais aprazíveis para a publicidade destas revistas. Assim, as antecipações de suas leitoras feitas pelas revistas femininas conduziriam as maneiras de falar e de interpelar. Há a construção de um perfil da mulher que se pretende ser interpelada por cada revista ou por cada anúncio.

Outra característica destacada em genéricos desta natureza é a de ser um fator de coesão social, um elemento de ligação entre o Outro e si. Uma vez que o sujeito compartilha com um grupo uma opinião, lhe é possível fazer parte deste grupo, assegurando por outro lado a própria coesão do grupo do qual faz parte. Neste caso, os estereótipos favorecem a integração social. As revistas femininas podem assim se constituírem como formas de integração e assimilação de identidades. Ao nomear uma revista de feminina, cria-se uma categoria, a de “mulheres” e, conseqüentemente uma outra, a de “homens”.

En effect, le stéréotype apparaît avant tout comme un instrument de categorization qui permet de distinguer commodément un ‘nous’ d’un ‘ils’. Dans ce processus, le groupe acquiert une physionomie spécifique qui le différencie des autres. Cette uniformité s’obtient par la mise en relief, voire l’exagération de similitudes entre membres du même groupe. Les variables individuelles sont minimisées dans une démarche qui va jusqu’au refus ou à l’incapacité de les percevoir (AMOSSY; PIERROT, 2005, p. 45).

Assim, naturaliza-se uma dicotomia homem-mulher da qual não se escapa. Trata-se de um esquema redutor que torna positivos atributos para um grupo.

Sabemos que para a AD, o sujeito não é a origem do sentido a despeito do esquecimento número 1 ao qual ele está submetido. Sendo assim, o sujeito pode ser compreendido em conjunto com o conceito de pré-construído proposto por Pêcheux (1995). Não se trata de um

sujeito idealista intencional como o da pragmática, mas de um sujeito que irá retomar o que já foi dito em sua enunciação.

Apagando-se a história do dito, o resultado é que o genérico discursivo aparece como uma verdade imediata, uma evidência que nos salta aos olhos. Este sentido está intimamente relacionado ao contexto no qual foi produzido e ao interdiscurso. Assim, podemos supor que dificilmente uma mulher iria querer “mais” no século XVII. É por isso que para a AD em sua análise é importante que se recorra ao arquivo. Segundo Pêcheux (1997, p. 57), arquivo no sentido amplo, deve ser entendido como “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão”, ou seja, tudo aquilo que existe na forma discursiva sobre qualquer tema. Pêcheux também tratará das “coisas-a-saber” entendidas como “reservas de conhecimento acumuladas” (PÊCHEUX, 2002, p. 34).

Este tipo de discurso cristalizado também é relacionado em vários estudos ao que foi denominado de língua de madeira, ou seja, uma língua estereotipada e repetitiva, “un langage technique, normalisé, froid, sans prise sur l’auditoire” (AMOSSY; PIERROT, 2005, p. 115).

Observa-se que a despeito de qualquer conquista posterior das mulheres, as revistas femininas tentavam (como ainda tentam ainda hoje) assegurar que a mulher deveria preservar suas características naturais, dentre elas a beleza. Ainda hoje este tipo de essencialismo é assegurado por revistas femininas. Um exemplo interessante é o *slogan* da revista Claudia, que retirado do site da Editora Abril, “Independente, sem deixar de ser mulher”.

Neste *slogan* “sem deixar de” indicia uma oposição entre “independente” e “ser mulher”. Seguindo esta oposição pela escolha lexical, poderíamos supor que o que equivale a “ser mulher” seria “dependente”, e a “independente”, “ser homem”. Ser “independente”, portanto,

é algo que ameaça o que há de essencial da feminilidade, já que o “ser mulher” aqui indica uma sedimentação. “Ser mulher” é algo sobre o qual nem ao menos é preciso falar: trata-se de uma evidência.

Segundo Pereira (1980), para quem os meios de comunicação de massa possibilitam uma identificação do indivíduo com a cultura, as revistas femininas trazem temas que identificam a mulher aos seguintes tópicos: amor, lar, conforto, beleza e sedução, temas estes que “se ligam estreitamente à vida prática, através de conselhos, receitas, modelos, endereços para compras etc.” (PEREIRA, 1980, p. 4), sendo que estes conteúdos possibilitam a formação da mulher brasileira. Para tanto, a autora propõe que estes meios de comunicação têm como função moldar padrões de personalidade e comportamentos, através da interiorização de valores.

Esta interiorização, segundo a AD, tem como função proporcionar uma unidade imaginária ao sujeito através de sua identificação a uma determinada formação ideológica dominante. É nesta interpelação pela ideologia que os sentidos são naturalizados. A ideologia aí se compõe como uma prática significativa, na relação do sujeito com a língua e a história, sendo que sem esta o sujeito não seria possível. Só existe sujeito com ideologia (cf. PÊCHEUX, 1995).

Desta forma, o discurso remete sempre a outros discursos anteriores – o interdiscurso, o já lá – sem que o sujeito tenha total controle e conhecimento disto. Com estes postulados teóricos da AD, podemos entender melhor o comentário de Swain (2001), que preconiza que as revistas femininas acabam veiculando imagens de uma mulher construídas em uma positividade. Desta forma:

As composições de gênero determinam os valores e modelos desse corpo sexuado, suas aptidões e possibilidades, e criam paradigmas físicos, morais, mentais, cujas associações tendem a homogeneizar o ‘ser mulher’, desenhando em múltiplos registros o perfil da ‘verdadeira mulher’. (...) A

análise dos mecanismos de condensação discursiva e representacional da carne em corpos sexuais permite detectar agentes estratégicos na reprodução, reatualização, ressemantização de formas, valores e normas definidoras de um certo feminino naturalizado, travestido em *slogans* modernos, em imagens de ‘libertação’, cujos sentidos, constituídos em redes significativas, são expressões de em assujeitamento à norma instituída. (SWAIN, 2001, p. 67-68).

Swain (2001) aponta para as disparidades entre o feminismo, que tenta trabalhar a pluralidade e multiplicidade de condições da mulher, e à mídia que visa uma homogeneização da imagem da mulher. Neste trabalho da mídia, atuam ainda mecanismos de antecipação, ou seja, supõe-se (antecipa-se) que a mulher-leitora estará em determinado lugar com relação à ideologia, e a partir desse lugar suposto são trabalhados os temas e os informes publicitários. No caso das revistas femininas nacionais *Marie Claire* e *Nova*, os temas indicam as “matrizes de sentidos sob as quais se apóiam o corpo e seus contornos, a sexualidade heterossexual, a sedução, o casamento e a maternidade” (SWAIN, 2001, p; 71). Desta forma, a mídia partilha matrizes de inteligibilidade, que são veiculadas e atualizadas a partir de uma certa memória discursiva e de imagens estereotipadas.

Essas revistas femininas se destinam à mulher com alguma instrução e de classe média, sendo então realizadas antecipações dos interesses das mulheres, tanto para a composição das reportagens quanto para a escolha dos apelos publicitários – um dos mais importantes elementos das revistas femininas. Em geral estas revistas trazem seus conteúdos de forma alegre e confiante, dando suporte à mulher que assume atualmente espaços recentemente abertos sem perder sua “feminilidade”.

Swain (2001) conclui dizendo que “no discurso da mídia vimos em funcionamento uma das tecnologias de produção do corpo sexuado, o aparato da produção do corpo feminino útil e dócil dentro das normas heterossexuais, que instituem o binário inquestionável do sexo

biológico no social, fazendo funcionar, no jogo da linguagem e da imagem, os mecanismos de assujeitamento à norma” (SWAIN, 2001, p. 80).

A este respeito, entretanto, Pêcheux (2002, p. 56) nos adverte: “não há identificação plenamente bem sucedida”...

A mudança editorial que podemos observar na revista feminina do começo do século XIX para os dias de hoje se relaciona a mudanças nas condições materiais de produção. As revistas passam a trazer conteúdos que se relacionam a sexo, uma das mais recentes conquistas femininas, acompanhada do desenvolvimento de métodos contraceptivos, e o trabalho fora de casa já que a mulher deixa o lar e passa a concorrer com homens no mercado de trabalho em muitos campos. A incorporação disso na revista feminina mostra como os AIE podem se modificar de acordo com as modificações nos modos de produção.

A luta feminista veiculada em algumas revistas foi caracterizada por ser uma luta em “prol da mulher e contra a dominação masculina” não por acaso. Esta luta estava baseada na dominação masculina. Outras revistas poderiam propor uma manutenção do modelo vigente, reproduzindo as relações de produção, inculcando o que Althusser chama de “saberes práticos” (*savoir faire*). Trata-se de instruções explícitas de como se portar, se vestir, falar etc.: “Uma senhora, quando tenha de ir a um jantar ou *soirée* decotada, não levará o decote ao exagero; apresentar-se-á dentro do limite do honesto, simples, ainda que elegante, sem grande profusão de jóias”. (REVISTA FEMININA, n. 34, abril de 1917, p. 17).

De acordo com Foucault (1995), a dominação não seria o único catalisador das lutas contra o poder. Haveria uma luta também contra a sujeição, ou seja, contra aquilo que liga o indivíduo a si mesmo, contra as sua forma de subjetivação. Conclui-se disso que

o problema político, ético, social e filosófico de nossos dias não consiste em tentar libertar o indivíduo do Estado nem das instituições do Estado, porém nos libertarmos tanto do Estado quanto do tipo de individualização que a ele se liga. Temos que promover novas formas de subjetividade, através da recusa deste tipo de individualidade que nos foi imposto há vários séculos (FOUCAULT, 1995, p. 239).

Assim, a luta feminista não estaria somente relacionada à dominação masculina, mas também às formas de subjetivação imposta pelo poder. Foucault (1995) nos adverte ainda das inúmeras formas (muitas vezes dissimuladas) de exercício do poder. Dentre elas, encontramos a comunicação: “(...) comunicar é sempre uma certa forma de agir sobre o outro ou os outros. Porém, a produção e circulação de elementos significantes podem perfeitamente ter por objetivo ou por consequência efeitos de poder, que não são simplesmente um aspecto destas” (FOUCAULT, 1995, p. 240).

Por fim, o trabalho de naturalização por parte da ideologia é bastante encontrado nos meios de comunicação. De acordo com Amossy e Pierrot (2005, p. 37)

Des études ont été consacrées aux images traditionnelles de la femme como mère, ménagère ou objet esthétique que divulguent les annonces publicitaires télévisées, ou encore à la relation qui s’établit entre le temps passé par les enfants à regarder la télévision et leur intériorisation des stéréotypes sexuels dominants. Les rôles traditionnellement impartis aux deux sexes sont également examinés dans la presse féminine, la B.D., les manuels scolaires. Il en ressort clairement que la vision que l’on se fait d’un groupe est le résultat d’un contact répété avec des discours des médias.

A questão seria então não tomar a mídia como voluntária e senhora do seu dizer, completamente consciente do que diz, mas sim como um discurso resultante de condições de produção específicas, afetado pela ideologia e pelo inconsciente.

Diante da impossibilidade apontada por Freud e Lacan de dizer o que quer uma mulher e a fim de evitar qualquer equívoco ou má conduta, as revistas, cujos editores era capturados pela ideologia dominante sobre o que pode e deve ser dito a respeito de um objeto discursivo, no

caso “ser mulher”, descreviam passo a passo quais deveriam ser os comportamentos e condutas das mulheres em praticamente qualquer situação cotidiana – desde uma saída ao mercado até a recepção de visita inesperada, passando pelo quê vestir, como falar, como dispor a baixela numa mesa de jantar, etc.

Já que não se sabe o que é, nem o que quer, é melhor explicar mesmo sem saber.

O discurso jornalístico surge então como um saber oficial que de forma “objetiva e imparcial”, produz um efeito de transparência de sentido. (cf. MARIANI, 2001). Sendo assim, torna-se mais fácil “saber” ou “achar que se sabe” o que é e o que quer uma mulher – produção de um efeito de verdade. Vemos assim que, por trás da aparente futilidade e inutilidade dos conteúdos das revistas femininas, há um imaginário a respeito do que seja uma mulher – eterno enigma que permanece sem resposta, que clama incessantemente por interpretação, e que os artigos, editoriais e reportagens dessas revistas tentam “cercar”, atribuindo um sentido unificado e hegemônico para “o que é uma mulher”.

Falar sobre uma identidade feminina é de certa forma fixar sujeitos a determinados papéis. Estes sujeitos só podem ser fixados a estas identidades a partir de atributos naturais como no caso da feminilidade, historicamente encontramos a fragilidade e a passividade. Frente à impossibilidade de tomar diferentes papéis restam apenas duas alternativas às mulheres: subornarem-se ou rebelarem-se. Encontramos na história ambos, inclusive ao mesmo tempo.

A crítica à ciência é também um dos pontos do feminismo. Esta crítica tem como base o caráter identitário dos conceitos com os quais trabalham as Ciências Humanas. Isso quer dizer que ciência não trabalha as diferenças, parte de um conceito universal deixando de lado tudo aquilo que escape a este conceito.

Pêcheux (1995) irá tratar qualquer discurso científico, produtor de conhecimento, como produto das condições de reprodução/transformação das relações de produção. A história do feminismo assim não pode ser isolada da história da produção de conhecimento e da luta de classes. A entrada da mulher no mundo do trabalho causa uma ruptura nestas relações de produção e conseqüentemente uma ruptura nas condições de produção de conhecimento. Relaciona ainda o efeito de conhecimento a “um efeito de sentido inscrito no funcionamento de uma formação discursiva, isto é, (...) o sistema das reformulações, paráfrases e sinonímias que a constitui” (PÊCHEUX, 1995, p. 193).

A nova posição da forma-sujeito mulher é assim acompanhada de uma nova ciência (o feminismo) e de novas evidências de sentido. A forma-sujeito se caracteriza pela “coincidência do sujeito consigo mesmo (...)” ou “uma experiência que pode ser transferida, por identificação-generalização, a qualquer sujeito” (PÊCHEUX, 1995, p. 196).

Assim, Pêcheux (1995) irá propor que qualquer discurso científico não pode ser considerado alheio à ideologia. Ele está inscrito em formações discursivas específicas que necessariamente se relacionam a alguma ideologia. O exterior da ideologia é outra ideologia.

Partir de “a mulher” como sendo UMA mulher, qualquer mulher, ou uma forma-sujeito específica, é cair novamente na “chicana do Todo”, como chamaria Milner (1987, p. 44). Esta generalização estaria relacionada às “proposições universalizantes que, ao apresentar em um ponto de seu decurso uma marca significativa de Todo, se distinguem e valem de algum jeito para qualquer todo” (MILNER, 1987, p. 44). Deixando para escanteio o que é próprio do lado da mulher: o não-todo. UMA mulher é TODA, e não não-toda, como A/ mulher.

Por outro lado, para Lauretis (1987), filósofo como Derrida, Foucault e Lyotard que se recusam a tratar as mulheres como sujeitos reais e históricos, desconsideram toda a história de repressão e opressão que sofreram. O movimento feminista se apóia nesta história para propor suas políticas. Haveria uma divisão entre “Woman as representation, as object and the very condition of representation, and, on the other hand, women as historical beings, subjects of ‘real relations’” (LAURETIS, 1987, p. 10).

A crítica que é feita a esse tipo de uso, de acordo com Costa (2002), é que acaba reinscrevendo a mulher como o Outro, novamente portanto, dentro de uma lógica masculina. Assim, estes críticos pretendem dar positividade à identidade da mulher. O autor remata, comentando Lauretis, que:

além disso, tais reivindicações também resultam em uma contradição, pois a posição da "mulher" como sujeito - dado que ela só poder ser representada dentro da economia simbólica dominante - já foi definida pelo patriarcado como o lugar do "outro". Em outras palavras, ela é "irrepresentável, a não ser como representação", existindo em um constante deslizar entre "mulher" como signo e mulheres como sujeitos de "relações reais". (COSTA, 2002, p. 72).

Delineia-se uma oposição entre os estruturalistas que vêem a mulher a partir de uma negatividade e as feministas a partir de uma positividade indispensável às suas lutas políticas. Esta positividade está baseada no cotidiano e na materialidade das experiências de mulheres. Sendo assim, existe um fluxo contínuo entre esta mulher representada e as mulheres (sujeitos empíricos). É o que Lauretis vai definir como *space-off*, que de acordo com Costa (2002) se aproximaria do enquadramento cinematográfico: a partir de elementos visíveis podemos supor os que não são imediatamente acessados.

Entende-se, segundo Costa (2002, p. 67), que exista:

A fabricação de uma identidade de gênero fixa ("o essencialismo estratégico" ou uma "idealização mínima", segundo Gayatri Spivak) continua sendo um momento crucial - embora insuficiente, problemático e contestado - de um projeto feminista mais amplo. Tão logo o sujeito é cristalizado em uma posição, ele/a é questionado/a pelas próprias exigências do campo social dentro do qual está situado/a. A insistência quanto a uma especificidade feminina, de acordo com Naomi Schor, continua sendo uma tática contra a dissipação da mulher dentro de uma (in)diferença efetuada por alguns teóricos pós-estruturalistas.

E é nesta cristalização que tanto o movimento feminista quanto as revistas femininas se apóiam e se sustentam. É assim que Costa trata o distanciamento entre a mulher tratada pela metafísica negativa por estruturalistas como Lacan e a mulher por meio de uma positividade política necessária na luta feminista. Se não há mais mulheres, não há mais sobre o que se falar e nem para quem se falar.

Ainda segundo Costa (2002) foi somente graças à positividade construída quando se parte da materialidade da experiência que a política feminista ganhou força para se manter.

Há uma corrente feminista que ao contrário de outras, que querem fortalecer a identidade feminina a fim de que esta classe bem circunscrita possa lutar pelos seus direitos, visa à desconstrução da identidade feminina e a criação de uma nova epistemologia. Assim, as mulheres deveriam estar “construindo *uma linguagem nova*, criando seus argumentos a partir de suas próprias premissas” (RAGO, 1998, p. 31, grifo da autora). Como deixar de relacionar este projeto ao recorte “NOVA: a revista da mulher que quer mais”? Seria possível uma *nova* linguagem? Seria um acontecimento? Ou lalíngua (já que a mulher é não-toda fálica, ou seja, não toda no simbólico)? Seria essa “Nova” o a “mais”?

De acordo com Gallop (1989), na obra de Lacan não encontramos nenhuma articulação com o movimento feminista, sendo que todas as articulações teóricas que encontramos na literatura foram feitas por feministas. Estas feministas entram em contato com a obra de Lacan

a partir de leituras de Althusser, que na década de 60 promove o trabalho de Lacan. Por que Lacan “ignorou” o movimento feminista? Será que sua ignorância não se pauta na assunção da impossibilidade de uma classe, logo de um movimento próprio a ela?

E tomando a feminilidade pela via significante como Lacan a propõe, relacionando a feminilidade à posição subjetiva frente à castração e em relação ao gozo, podemos considerar em muitos aspectos, em especial devido à tendência à generalização das revistas femininas, que estas revistas visam mais à estrutura histérica.

As atribuições de certo ou errado, de modelos, de moldes de comportamento, expressos em genéricos discursivos nestas revistas poderiam ser consideradas tentativas de fazer *a* mulher, que como vimos não se agrega em um conjunto, o das mulheres, como é o caso do homem, se inscrever em um conjunto, o que do ponto de vista da psicanálise lacaniana seria impossível.

Capítulo VI

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“por um lado, a feminilidade é um objeto de pensamento inapreensível, e por outro lado, para as próprias mulheres, faz parte do registro do ser inefável que não tem necessidade alguma de ser pensado para ser”
(Serge André)

As revistas femininas, filiadas ao discurso jornalístico, surgem como um saber oficial que de forma “objetiva e imparcial”, produz um efeito de transparência de sentido e de verdade. Este veículo de comunicação traz temas como moda, culinária, crônicas, cuidados com o lar (família e afazeres domésticos), fotonovelas, saúde, carreira, sexo dentre outros aos quais a mulher deve se identificar. A interiorização de normas tem como função proporcionar uma unidade imaginária ao sujeito através de sua identificação a uma determinada formação ideológica dominante. É nesta interpelação pela ideologia que os sentidos são naturalizados. Sendo assim, as revistas femininas acabam veiculando imagens de uma mulher construídas em uma positividade ao contrário do que é proposto pela psicanálise (lacaniana), onde o saber não possui efeito de verdade.

Se já em 1933(1932), Freud (1996, p. 117), na conferência “Feminilidade” aponta que “de acordo com sua natureza peculiar, a psicanálise não tenta descrever o que é a mulher – seria uma tarefa difícil de cumprir –, mas se empenha em indagar como é que a mulher se forma, como a mulher se desenvolve desde a criança dotada de disposição bissexual”; e, se por outro lado, Lacan afirma que “A mulher não existe”, nada impede que as revistas femininas

deixem de existir. Isto porque como dissemos antes “homem e mulher são significantes que, por essa razão, representam o sujeito que fala” (SAURET, 1998, p. 19). Cabe ao sujeito tomar um desses significantes que vêm do Outro para si. Quando Lacan fala em homem e mulher, ele se refere a uma posição subjetiva frente ao gozo.

Além disso, se “um século de psicanálise e feminismo nos separa do mundo de outrora” (POLI, 2007, p. 7) isso não significa que a identidade da mulher tenha desaparecido. Pelo contrário, as lutas feministas tiveram um importante papel na solidificação da identidade feminina no século XXI. Se hoje existe uma certa liberdade de escolha, ainda é cobrado que se produza “insígnias de pertença a um desses dois grupos [homens e mulheres]. Ou então fundar outros: as identidades gays, lésbicas, transgêneros etc.” (POLI, 2007, p. 9).

De acordo ainda com Poli (2007) esta liberdade de escolha seria uma ilusão desmistificada pela psicanálise com a descoberta do inconsciente. Toda escolha se relacionaria a identificações primárias. O que nos faria voltar à questão do Édipo e à equiparação entre mulher e mãe e homem e pai. O advento dos métodos contraceptivos é o que nos faria duvidar de uma hipótese dessas, já que o desejo sexual por outro sujeito aí não se relacionaria à maternidade.

Em toda história do Feminismo, que por meio de políticas e teorias afirmativas se tentou dar positividade à mulher, sempre foram muito importantes e até mesmo necessários discursos que estabilizassem logicamente este “desconhecido”, “impenetrável”, “continente negro” etc. Podemos citar resultados em políticas públicas de saúde ou trabalho que devem a esta tradição feminista tudo aquilo que podemos chamar de avanços. Dentre estes discursos que fortalecem uma identidade feminina podemos encontrar as revistas femininas.

Voltamos a Pêcheux (2002, p. 34) que afirma a “necessidade universal de um ‘mundo semanticamente normal’”. Sendo que a resposta a esta demanda universal parte das instituições que normatizam nossa sociedade.

Em suma, observa-se tanto nas revistas femininas como nos discursos feministas uma tentativa constante de preenchimento da falta a ser própria da mulher. Essas tentativas de imaginarizar a mulher sedimentam sentidos, aprisionando as mulheres em comportamentos normativos. As mulheres que poderiam somente ser contadas uma a uma, aparentam ser um sujeito universal. Aparentam ser TODA.

Ainda que exista uma polissemia relacionada às mulheres e suas diferentes formas de se apresentar, como “a gatinha”, a “empresária”, a “trabalhadora”, a “bonita”, ainda assim, trata-se de diferentes fôrmas que devem ser ocupadas, em momento algum é levada em conta a particularidade. Além disso, é necessário que haja diferentes fôrmas, uma vez que não existe A/fôrma. A fôrma, a forma é dada pela aparência.

Encerrando, cito Freud (1996[1933], p. 134), bastante atual: “Se desejarem saber mais a respeito da feminilidade, indaguem da própria experiência de vida dos senhores, ou consultem os poetas, ou aguardem até que a ciência possa dar-lhes informações mais profundas e coerentes”, como acredito que acontece desde Lacan, passando por Mitchell e outros teóricos que se debruçaram sobre a questão, sem nunca, até por impossibilidade, esgotá-la.

André (1998) afirma que “talvez a vida do ser falante dependa de que não se levante o véu que encobre este mistério. (...) a falta de resposta a essa questão funciona como uma indução ao desejo”. Assim, a verdade permanece não-toda dita. Ainda bem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHARD, P. Memória e produção discursiva do sentido. In: ACHARD, P. (et al) **Papel da Memória**. Campinas: Pontes, 1999. p. 11-21.

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa: Ed Presença, 1980.

ANDRÉ, S. **O que quer uma mulher?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

AMOSSY, R. & PIERROT, A. H. **Stéréotypes et clichés**: langue, discours, société. Lassay-les-Châteaux: Armand Colin, 2005.

AUTHIER-REVUZ. **Dialogisme et vulgarisation scientifique**. DISCOSS 1, 1985, p. 117-122.

BASSANEZI, C. **Revendo as mulheres**: revistas femininas e relações homem-mulher – 1945-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

BUTLER, J. P. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CHARADEAU, P. & MAINGUENEAU, D. **Dicionário de Análise do Discurso**. Tradução: Fabiana Komesu (coord.). São Paulo: Contexto, 2004.

CHAUÍ, M. **Introdução à história da filosofia**: dos pré-socráticos a Aristóteles, volume 1. 2ª. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CHIARETTI, P. A mulher em genéricos de revistas femininas no Brasil na primeira metade do séc. XX. 2006. 21 f. Monografia (Bacharel especial em Psicologia) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2006.

COSTA, C. L. Revisiting the debates on the subject in feminism. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 19, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332002000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 Feb 2008. doi: 10.1590/S0104-83332002000200004.

COSTA, J. Freire. **Ordem médica e norma familiar**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

COURTINE, J-J. O chapéu de Clémentis: Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. In: INDRUSKY, F. e FERREIRA, M. C. **Os múltiplos territórios da análise do discurso**. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 1999. p. 15-22.

D'ELIA, O. A. M. **Sociedade disciplinar e sexualidade**: a construção da feminilidade na mídia impressa. 2004. 167 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

DOR, J. **Introdução à leitura de Lacan: a estrutura do sujeito (v.2)**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1995.

FAUSTO, B. **A Revolução de 1930: historiografia e história**. São Paulo: Brasiliense, 1972.

FLAUBERT, G. **Le Dictionnaire dès idées reques**. Le Livre de Poche, 1997.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert L. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: (para além do estruturalismo e da hermenêutica)**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-249.

FREUD, S. Feminilidade. In: _____. **Novas conferências introdutórias sobre psicanálise e outros trabalhos**. ESB, vol. XXII. Rio de Janeiro: Imago, 1996 (1933[1932]). p. 113-134.

_____. Sexualidade Feminina. In: _____. **O futuro de uma ilusão**, ESB, vol. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 229-251.

_____. Algumas conseqüências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos. In: _____. **O ego e o id e outros trabalhos**, ESB, vol. XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1996 (1925). p. 273-286.

_____. A dissolução do Complexo de Édipo. In: _____. **O ego e o id e outros trabalhos**, ESB, vol. XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1996 (1924). p. 191-199.

_____. A organização genital infantil; uma interpolação na teoria da sexualidade. In: _____. **O ego e o id e outros trabalhos**, ESB, vol. XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1996 (1923). p. 153-161.

_____. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: _____. **Um caso de histeria, Três ensaios sobre a teoria da sexualidade e outros trabalhos** ESB, vol. VII. Rio de Janeiro: Imago, 1996 (1905). p. 119-231.

GADET, F. & PÊCHEUX, M. **A língua inatingível**: o discurso na história da lingüística. Campinas: Pontes, 2004.

GALLOP, J. Andando para trás ou para frente. In; BRENNAN, T. **Para além do falo**: uma crítica a Lacan do ponto de vista da mulher. Rio de Janeiro: Rosa do Tempos, 1997. p. 43-60.

GROSSI, M. P. & PEDRO, J. M. Apresentação. In: _____ (org.). **Masculino, Feminino, Plural**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998. p. 11-14.

HAHNER, J. A. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas (1850-1937)**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

HAROCHE, C. **Fazer dizer, querer dizer**. São Paulo: Hucitec, 1992.

HENRY, P. Os fundamentos teóricos da “Análise Automática do Discurso” de Michel Pêcheux (1969). In: GADET, F. e HAK, T. (orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Ed. Unicamp, 1997, p. 13-38.

JODELET, D. **Les Représentations sociales**. Paris : PUF, 1989.

JONES, E. **Vida e obra de Freud** (vol. II). Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

JORNAL DAS MÔÇAS: “Revista Semana Ilustrada”, nº 1494, fevereiro de 1944, p.16

KÄPPELI, A-M. Cenas Feministas. In: FRAISSE, G. & PERROT, M. **História das Mulheres**: o século XIX. (vol.4). São Paulo: Ebradil, 1991. p. 541-579.

LACAN, J. **O seminário, livro 3**: as psicoses. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

_____. A significação do falo. In: _____. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998a. p. 692-703.

_____. O sujeito e o Outro (I): a alienação. In: _____. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998b. p. 193-204.

_____. **O Seminário, livro 20:** mais, ainda. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

LAQUEUR, T. **Inventando o sexo:** Corpo e Gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

LAURETIS, T. **Technologies of Gender:** Essays on Theory, Film, and Fiction. Bloomington, Indiana University Press, 1987.

MALUF, M; MOTT, M. L. Recônditos do mundo feminino. In: SEVCENKO, N. (org). **História da Vida Privada no Brasil:** contrastes da intimidade contemporânea (v. 3). São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 367-421.

MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso.** Campinas: Editora da Unicamp, 1989.

MARIANI, B. **O PCB e a imprensa:** os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989). Campinas: Revan, 1998.

_____. Os primórdios da imprensa no Brasil (ou: de como o discurso jornalístico constrói memória). In: ORLANDI, E. P. (org). **Discurso Fundador:** a formação do país e a construção da identidade nacional. Campinas: Pontes, 2001, p. 31-42.

MASCARO, S. **Revista Feminina: imagens da mulher (1914-1930)**. 1982. 290f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

MILNER, J-C. Apresentação. In: HAROCHE, Claudine. **Fazer dizer, querer dizer**. São Paulo: Hucitec, 1992.

_____. **O amor da língua**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

MITCHELL, J. **Psicanálise e Feminismo: Freud, Reich, Laing e mulheres**. Belo Horizonte: Interlivros, 1979.

ORLANDI, E. P. Nota ao leitor. In: PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 2002.

_____. **Análise do Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2001.

_____. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. Silêncio e Implícito (Produzindo a monofonia). In: GUIMARÃES, E. **História e sentido na linguagem**. Campinas: Pontes, 1989.

_____. Segmentar e recortar. In: **Lingüística: questões e controvérsias**. Série Estudos 10. Publicação do curso de Letras do Centro de Ciências Humanas e Letras das Faculdades Integradas de Uberaba. Uberaba, 1984. p. 9-27.

PÊCHEUX, M. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 2002.

_____. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 2ª ed. Campinas: Unicamp, 1995.

_____. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. P. (org). **Gestos de leitura da História no discurso**. 2ª Ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

_____. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, F. & HAK, T. (org.) **Por uma análise automática do discurso**: Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. p. 61-162.

PEREIRA, A. M. L. **Coração Feminino**: Análise da seção de cartas em duas revistas femininas. 1980. 67f. Dissertação (Mestrado em Sistemas de Comunicação). Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1980.

PERROT, M. **Mulheres Públicas**. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

POLI, M. C. **Feminino/ Masculino**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

PORGE, E. **Jacques Lacan: um psicanalista**: percurso de um ensino. Brasília: Ed. Da UNB, 2006.

PRATES, A. L. **Feminilidade e Experiência Psicanalítica**. São Paulo: Hacker Editores, FAPESP, 2001.

RAGO, M. Epistemologia feminista, gênero e história. In: GROSSI, Miriam Pillar & PEDRO, Joana Maria (org.). **Masculino, Feminino, Plural**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998. pp. 21-41.

REBOUL, O. **O Slogan**. São Paulo: Cultrix, 1975.

REES, A. M. **Valores preferenciais**: o contexto discursivo das principais revistas femininas. 1989. 148f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

REVISTA FEMININA, n. 34, abril de 1917.

REVISTA FEMININA, n. 72, maio de 1920.

SAURET, M-J. **O infantil e a estrutura**. São Paulo: EBP-SP, 1998.

SAUSSURE, F. **Curso de Lingüística Geral**. 20ª Ed. São Paulo: Cultrix, 1995.

SCOTT, J. W. **Gender and the politics of history**. New York : Columbia University Press, 1988.

SERCOVICH, A. **El discurso, el psiquismo y el registro imaginário**: ensaios semióticos. Buenos Aires: Ediciones Nueva Vision, 1977.

SOLER, C. **O que Lacan dizia das mulheres**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

SWAIN, T. N. Feminismos e recortes do tempo presente: mulheres em revistas “femininas”. **São Paulo em Perspectiva**, v. 15, n.3, p. 67-81, jul/set 2001.

TFOUNI, F. E. V. **Slogan**: linguagem, sintoma e fetichização. 2003. 103f. Tese (Doutorado em Letras e Lingüística) – Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Araraquara, 2003.

TFOUNI, L. **Letramento e Alfabetização**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.

VEJA Mulher. Edição especial, ano 40, Veja 2010, junho de 2007.

WOLF, N. **O mito da beleza**: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

www.abril.com.br